



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO - BACHARELADO**

**VITÓRIA CRISTINA ALICHANDRE SCHWANTES**

**JORNALISMO DE MEMÓRIA E NARRATIVAS DE TESTEMUNHO: UMA ANÁLISE  
DA OBRA *TODO DIA A MESMA NOITE*, DE DANIELA ARBEX**

**CAXIAS DO SUL**

**2025**

**VITÓRIA CRISTINA ALICHANDRE SCHWANTES**

**JORNALISMO DE MEMÓRIA E NARRATIVAS DE TESTEMUNHO: UMA ANÁLISE  
DA OBRA *TODO DIA A MESMA NOITE*, DE DANIELA ARBEX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade de Caxias do Sul como requisito para a obtenção do grau de bacharela em Jornalismo. Área de concentração: Jornalismo de Memória e Narrativas de Testemunho.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Miranda Alves

**CAXIAS DO SUL**

**2025**

**VITÓRIA CRISTINA ALICHANDRE SCHWANTES**

**JORNALISMO DE MEMÓRIA E NARRATIVAS DE TESTEMUNHO: UMA ANÁLISE  
DA OBRA *TODO DIA A MESMA NOITE*, DE DANIELA ARBEX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade de Caxias do Sul como requisito para a obtenção do grau de bacharela em Jornalismo. Área de concentração: Jornalismo de Memória e Narrativas de Testemunho.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Miranda Alves

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Márcio Miranda Alves  
Universidade de Caxias do Sul

---

Profa. Dra. Janaína Kalsing  
Universidade de Caxias do Sul

---

Profa. Dra. Adriana Antunes  
Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG)

Dedico este trabalho a todas as versões de mim mesma que um dia duvidaram que chegaríamos até aqui. E para aqueles que se sentem esquecidos, a memória de vocês jamais será apagada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, Inês, por ter me feito ser quem sou hoje. Obrigada por me criar da melhor forma possível, enfrentando cada desafio para que não me faltasse nada. Obrigada por estar presente em todos os momentos, por apoiar cada uma das minhas decisões, por me acolher nos dias bons e, sobretudo, nos difíceis e por, muitas vezes, colocar minhas vontades acima das suas. Você é meu exemplo. Uma vez você me disse que é muito satisfatório ver que cumpru o seu papel ao me criar; agora, eu quem te digo: você conseguiu.

Agradeço ao meu pai, André, e à minha madrasta, Ecleia, por sempre me receberem de braços abertos e por me oferecerem tudo o que eu precisava. A Mariah tem sorte em ter vocês. Obrigada por apoiarem meus estudos acima de tudo. Agradeço em especial ao meu pai, que atravessava a cidade todas as noites, após dias cansativos de trabalho, para que eu não precisasse voltar sozinha de ônibus para casa.

Ao meu melhor amigo e companheiro, Gabriel, obrigada por me ajudar a ser uma versão melhor de mim mesma a cada dia. Por estar ao meu lado nos piores momentos, por me lembrar da minha capacidade quando eu mesma esquecia e por acreditar em mim de um jeito único. Obrigada por ser meu apoio.

Agradeço também à minha vó Edi, por ser minha segunda mãe, e à minha tia Marinês, por todas as conversas na cozinha da sua casa.

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador, Márcio Miranda Alves, pelo apoio e pela dedicação durante todo o processo de produção do TCC. À professora Janaína Kalsing e à jornalista Adriana Antunes, obrigada por aceitarem fazer parte da minha banca e contribuírem para este trabalho. Estendo meu agradecimento a todos os professores e profissionais que fizeram parte da minha trajetória. Vocês foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço, com respeito profundo, às famílias e sobreviventes da boate Kiss, cuja luta por memória e justiça inspira este trabalho e evidencia a importância de jamais esquecer o que aconteceu.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa a construção da memória coletiva sobre a tragédia da Boate Kiss a partir da obra *Todo dia a mesma noite*, de Daniela Arbex, compreendendo o jornalismo de memória como prática fundamental para recuperar, preservar e interpretar acontecimentos traumáticos. A pesquisa examina como a autora organiza testemunhos de sobreviventes, familiares e profissionais da saúde, bem como utiliza recursos a partir da narrativa do trauma para impedir o esquecimento dos fatos e contribuir para a busca social por justiça. Metodologicamente, utiliza-se a análise narrativa inspirada em Paul Ricoeur (2007), articulada às contribuições teóricas de Maurice Halbwachs (2006), Pierre Nora (1993), Michael Pollak (1992), Ana Lúcia Enne (2004) e Márcio Seligmann-Silva (2003; 2005), permitindo compreender como experiências individuais de dor e perda tornam-se memória social compartilhada. Conclui-se que a obra de Arbex atua como um importante registro histórico, ético e político na preservação da memória pública sobre a Boate Kiss.

**Palavras-chave:** jornalismo de memória; narrativa do trauma; testemunho; Boate Kiss; Daniela Arbex.

## ABSTRACT

This undergraduate thesis analyzes the construction of collective memory about the Kiss Nightclub tragedy through Daniela Arbex's book *Todo dia a mesma noite*, understanding memory journalism as a fundamental practice for recovering, preserving, and interpreting traumatic events. The study examines how the author organizes testimonies from survivors, family members, and healthcare professionals, and how she uses elements of trauma narrative to prevent the events from being forgotten and to contribute to the social pursuit of justice. Methodologically, the study applies narrative analysis inspired by Paul Ricoeur (2007), articulated with theoretical contributions from Maurice Halbwachs (2006), Pierre Nora (1993), Michael Pollak (1992), Ana Lúcia Enne (2004), and Márcio Seligmann-Silva (2003; 2005), allowing an understanding of how individual experiences of pain and loss are transformed into shared social memory. The study concludes that Arbex's work functions as an important historical, ethical, and political record in preserving the public memory of the Kiss Nightclub tragedy.

**Keywords:** memory journalism; trauma narrative; testimony; Kiss Nightclub; Daniela Arbex.

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	9
2.	JORNALISMO E MEMÓRIA .....	13
2.1	O JORNALISMO DE MEMÓRIA .....	13
2.2	O PAPEL DA IMPRENSA NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA .....	16
2.3	A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA SOBRE TRAGÉDIAS .....	19
2.4	A ESCUTA DOS TESTEMUNHOS NO JORNALISMO .....	21
3.	NARRATIVAS DE TRAUMA E DE TESTEMUNHO .....	25
3.1	O TRAUMA E O TESTEMUNHO .....	26
3.2	A ESCUTA DO TESTEMUNHO NO JORNALISMO .....	31
3.3	A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA SOBRE TRAGÉDIAS NO JORNALISMO .....	35
4.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	39
4.1	REFERENCIAL METODOLÓGICO .....	40
4.2	OBJETO DE ESTUDO.....	41
4.3	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE .....	42
5.	A TRAGÉDIA DA BOATE KISS .....	44
5.1	CONTEXTO DO ACONTECIMENTO .....	45
5.2	REPERCUSSÃO MIDIÁTICA E A COBERTURA JORNALÍSTICA .....	46
5.3	MEMÓRIA, LUTA E BUSCA POR JUSTIÇA .....	51
6.	ANÁLISE DA OBRA <i>TODO DIA A MESMA NOITE</i> .....	56
6.1	O TESTEMUNHO E A HUMANIZAÇÃO DA NARRATIVA.....	57
6.1.1	O corpo em estado de choque .....	59
6.1.2	O luto que permanece .....	61
6.1.3	A sinfonia do indizível .....	64
6.2	A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA DA TRAGÉDIA .....	67
6.2.1	Lugares de memória: a Kiss, a Tenda da Resistência e o memorial.....	70
6.2.2	“Holocausto dos tempos modernos”: comparação e enquadramento jornalístico .....	72
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
	REFERÊNCIAS.....	78

## 1. INTRODUÇÃO

As tragédias que marcam a história de uma comunidade não se encerram quando acontecem. Elas permanecem vivas na memória coletiva, especialmente quando envolvem negligências institucionais, perdas humanas e impactos que reverberam por gerações. Nesses cenários, o jornalismo de memória desempenha um papel fundamental ao registrar, interpretar e transformar o vivido em narrativa, oferecendo condições para que a sociedade possa compreender e ressignificar acontecimentos traumáticos. A construção de memórias públicas não é apenas um procedimento para registro dos ocorridos, mas um gesto que resiste ao apagamento e garante que experiências de dor e injustiça permaneçam presentes na lembrança social.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a obra *Todo dia a mesma noite: a história não contada da boate Kiss*, de Daniela Arbex, publicada em 2018. O livro reconstrói a tragédia da boate Kiss, ocorrida em 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria (RS), um dos episódios mais marcantes da história recente do Brasil. O incêndio resultou na morte de 242 jovens e deixou mais de 600 feridos, marcando profundamente a cidade e o país. A obra destaca-se por combinar narrativa literária e escuta sensível dos testemunhos, transformando relatos individuais em memória compartilhada.

Ao abordar o acontecimento, Arbex reconstrói as cenas que antecederam o incêndio, a madrugada de desespero, a mobilização das equipes de resgate, o caos hospitalar, o reconhecimento dos corpos, o luto das famílias e a busca incessante por justiça. A autora não se limita ao relato factual; ela cria uma narrativa que capta reações emocionais e pontos de vista testemunhais que compõem a experiência traumática. Essa abordagem assegura ao livro um caráter que ultrapassa a simples reportagem, aproximando-o do que se denomina jornalismo de memória: prática que preserva e interpreta lembranças coletivas.

A escolha de estudo desta obra se justifica pela força que ela exerce na construção da memória pública sobre a tragédia da boate Kiss. *Todo dia a mesma noite* tornou-se referência nacional ao narrar um acontecimento que permanece

aberto na sociedade brasileira, seja pela ausência de responsabilização definitiva ou pela mobilização contínua das famílias. Ao recuperar testemunhos que não encontraram espaço na cobertura jornalística imediata, a obra reafirma o valor do testemunho como elemento de resistência ao esquecimento.

A produção de Daniela Arbex insere-se em uma tradição de jornalismo investigativo e narrativo voltada para a denúncia de violações de direitos e para a recuperação de histórias silenciadas. Além desta obra, a autora escreveu *Holocausto Brasileiro* (2013), *Cova 312* (2015) e *Arrastados: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil* (2022), os quais revelam práticas de abandono, violência institucional e omissão. Jornalista formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Daniela Arbex é premiada com o Prêmio Esso, o Troféu Mulher Imprensa, o Prêmio Jabuti e o *Knight International Journalism Award*.

A fundamentação teórica deste trabalho parte da noção de memória coletiva apresentada por Maurice Halbwachs (2006), que compreende a memória como algo construído e compartilhado em grupos sociais. A partir dessa perspectiva, entende-se que as lembranças individuais só ganham sentido quando inseridas em quadros coletivos. Pierre Nora (1993), por sua vez, contribui com o conceito de *lugares de memória*, fundamentais para pensar como determinados espaços se tornam suportes simbólicos da recordação quando a memória viva ameaça desaparecer. Michael Pollak (1992) amplia essa discussão ao refletir sobre a tensão permanente entre lembrança e esquecimento, apontando como algumas narrativas ganham visibilidade enquanto outras permanecem silenciadas, configurando as chamadas “memórias subterrâneas”. Esses conceitos são essenciais para compreender o modo como Arbex seleciona, organiza e dá visibilidade a testemunhos que não circularam na cobertura jornalística do dia a dia.

Além disso, o trabalho dialoga com Márcio Seligmann-Silva (2003; 2005), cuja produção é central para pensar o testemunho, a narrativa do trauma e os limites da linguagem diante de experiências extremas. Suas reflexões sobre a fragmentação do trauma, o indizível e a ética da escuta são fundamentais para analisar como Arbex articula relatos emocionais, documentos, cenas reconstruídas e múltiplas vozes para compor a memória da tragédia. Autores como Ana Lúcia Enne (2004) e José Marques

de Melo (1999) também estão presentes para discutir a relação entre mídia, memória e identidade social.

A partir dessas referências, formula-se a pergunta-problema que orienta este trabalho: de que maneira a obra *Todo dia a mesma noite*, de Daniela Arbex, contribui para a preservação da memória coletiva da tragédia da boate Kiss por meio da escuta dos testemunhos e da construção narrativa dos acontecimentos? Como objetivo geral, propõe-se demonstrar como a narrativa construída por Arbex contribui para a preservação da memória coletiva da tragédia da boate Kiss por meio da escuta dos testemunhos e da narrativa do trauma.

A relevância da temática torna-se ainda mais evidente ao considerar que a tragédia da Kiss permanece ativa na memória pública mesmo mais de uma década após o incêndio. A ausência de responsabilização definitiva, a luta dos familiares por justiça, a construção do memorial, as homenagens anuais e a constante atualização do debate público demonstram que este é um acontecimento ainda presente no discurso público.

A organização deste trabalho acompanha a delimitação do tema e a abordagem conceitual desenvolvida ao longo da pesquisa. Além do primeiro capítulo, composto por esta introdução, o segundo apresenta a fundamentação teórica sobre o jornalismo de memória, discutindo seus conceitos centrais e sua relevância para o campo da comunicação. São abordados temas como memória coletiva, lugares de memória, apagamentos simbólicos, identidade social e o papel da mídia na mediação do passado.

O terceiro capítulo trata da narrativa de trauma e testemunho, dialogando especialmente com Seligmann-Silva (2003; 2005). Nele, discute-se a linguagem do trauma, os desafios éticos da escuta, a fragmentação da memória e o papel do testemunho como forma de resistência e afirmação de verdade. O quarto capítulo apresenta o procedimento metodológico, detalhando como a análise foi estruturada a partir da leitura integral do livro, da seleção dos trechos relevantes e da aplicação da análise narrativa inspirada em Ricoeur (2007) e da análise dos sentidos presentes nos testemunhos. Já o quinto capítulo contextualiza a tragédia da Boate Kiss, descrevendo o acontecimento, sua repercussão midiática nacional e internacional e os debates sobre responsabilidade, negligência e segurança pública. O capítulo também aborda

a mobilização das famílias, a busca por justiça e a construção de práticas de memória vinculadas ao espaço da antiga boate.

Por fim, o sexto e último capítulo reúne a análise da obra, analisando como Arbex constrói a narrativa, de que forma incorpora a escuta dos testemunhos, como articula memória individual e coletiva, e de que maneira transforma o acontecimento em um marco memorial. O capítulo discute também os lugares de memória e a comparação com o Holocausto, revelando o modo como narrativas de trauma dialogam entre si.

## 2. JORNALISMO E MEMÓRIA

A compreensão de como o passado é narrado, preservado e atualizado ganha grande relevância em sociedades marcadas por traumas coletivos. No campo do jornalismo, essa preocupação se concretiza na prática conhecida como jornalismo de memória, que ultrapassa o acontecimento imediato e retorna aos episódios significativos para retomá-los à luz das questões do presente. Esse movimento envolve tanto a recuperação de lembranças quanto o reconhecimento de que toda memória é construída socialmente e envolvida por silenciamentos.

Nesse sentido, o capítulo discute os fundamentos teóricos que sustentam essa prática jornalística, explorando a relação entre mídia e memória, o papel da imprensa na constituição das lembranças coletivas e os modos pelos quais o jornalismo se torna agente ativo na preservação, disputa e atualização do passado. Ao articular autores como Maurice Halbwachs (2006), Pierre Nora (1993), Michael Pollak (1992), Ana Lúcia Enne (2004) e José Marques de Melo (2003), busca-se compreender como a memória é compartilhada, disputada e, muitas vezes, reconstruída pela mediação jornalística. É a partir disso que será possível analisar, mais adiante, de que modo a obra *Todo dia a mesma noite* contribui para a elaboração pública da tragédia da boate Kiss.

### 2.1 O JORNALISMO DE MEMÓRIA

O jornalismo, em sua essência, cumpre o papel social de informar, interpretar e registrar os acontecimentos do presente. Entretanto, além dessa função, existe uma vertente do fazer jornalístico que se volta para o passado, buscando resgatar, preservar e reinterpretar episódios que marcaram a trajetória de indivíduos e de grupos: trata-se do jornalismo de memória.

Essa prática jornalística se diferencia da cobertura factual e cotidiana por promover o retorno a acontecimentos passados, narrando-os de acordo com as demandas e inquietações do presente e contribuindo para a construção e atualização da memória social.

Para compreender a importância do jornalismo de memória, é fundamental recorrer à noção de memória coletiva, desenvolvida pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs. O autor defende que a memória não é um fenômeno restrito ao indivíduo, mas se constitui de forma social, no interior dos grupos aos quais pertencemos.

Segundo Halbwachs (2006, p. 71), “é no seio da sociedade que o homem adquire suas lembranças, as rememora, as reconhece e as localiza”. Dessa forma, as lembranças individuais ganham significado e se organizam a partir de quadros coletivos de memória, que orientam o modo como os sujeitos recordam e interpretam o passado.

Esse entendimento evidencia que a memória não é neutra ou fixa, mas construída e compartilhada e, muitas vezes, disputada no interior das sociedades. As recordações coletivas estão sujeitas às influências das instituições sociais, dos meios de comunicação e dos discursos hegemônicos, que contribuem para selecionar quais acontecimentos serão lembrados, esquecidos ou ressignificados. Nesse processo, o jornalismo exerce um papel central, pois, ao narrar o passado, contribui diretamente para a constituição da memória coletiva.

A pesquisadora Ana Lúcia S. Enne também aponta a relação fundamental entre mídia, memória e identidade social. Em sua análise, a autora destaca que a memória é constituída por meio de processos interativos e dinâmicos, permeados por práticas discursivas e estratégias narrativas. Segundo Enne (2004, p. 114), “não há como não assinalar, nas sociedades contemporâneas, a intrínseca relação entre os discursos midiáticos e a produção da memória (ou como deseja Nora, uma memória que já não é memória espontânea, mas produzida)”. Dessa forma, a imprensa não atua apenas como transmissora de lembranças, mas como agenda ativa na sua formulação.

Outro autor fundamental para compreender esse fenômeno é Michael Pollak. Em suas reflexões sobre memória e identidade social, o autor destaca que a memória coletiva funciona como um mecanismo de construção de identidades, permitindo que os grupos sociais se reconheçam, reivindiquem seus pertencimentos e elaborem suas trajetórias históricas. Para Pollak (1992, p. 204), “a memória é um fenômeno construído social e individualmente, sujeito a flutuações, transformações, e que está, frequentemente, em disputa”, o que torna o trabalho jornalístico ainda mais relevante na mediação desses embates.

O jornalismo de memória, ao se engajar no resgate de acontecimentos significativos, atua como uma ponte entre o presente e o passado. Para José Marques de Melo (2003), o jornalismo pode ser entendido como um “sistema de memória pública”, no qual determinados fatos são recuperados e colocados em circulação com o objetivo de manter viva a história e favorecer a construção da identidade cultural. Ele afirma que (2003, p. 47) “o jornalismo pode ser interpretado como um sistema de memória pública, porque resgata acontecimentos, personagens e valores, transformando-os em referências para a construção da identidade cultural”.

Além disso, o jornalismo de memória frequentemente se articula com práticas de escuta, investigação e reconstrução de narrativas, o que exige um olhar ético e atento do profissional da comunicação. Como ressalta Rosane Rosa (2012, p.129), “o passado não é algo fixo ou estático, mas um campo em disputa, permeado por diferentes interpretações e versões que competem entre si na constituição da memória social”, isso implica reconhecer que o jornalismo não apenas informa, mas interpreta e, ao interpretar, contribui para a conformação da memória social.

Portanto, o jornalismo de memória não se restringe a uma prática informativa ou comemorativa, mas assume um papel social ao selecionar, interpretar e divulgar determinados episódios do passado. Ao produzir reportagens, documentários, livros e produções especiais sobre fatos históricos, o jornalismo contribui para atualizar e reconstruir a memória coletiva, oferecendo ao público a possibilidade de revisitar acontecimentos sob novas perspectivas e compreendê-los conforme as demandas do presente.

Essa prática é relevante especialmente em sociedades marcadas por traumas, violências ou tragédias, nas quais o esquecimento pode ser utilizado como forma de silenciamento e negação. Nesses casos, o jornalismo de memória cumpre a função de manter viva a lembrança dos acontecimentos, preservar os testemunhos e promover o debate público em torno do passado, reforçando o direito coletivo à memória e à verdade. Como observa Enne (2004, p. 101), ao refletir sobre as intersecções entre memória, identidade e mídia, “relacionamos memória e identidade com o campo da mídia, entendida como uma agência fundamental nos processos de produção desses dois conceitos”. Dessa forma, o jornalismo se insere como uma instância que não apenas informa, mas participa ativamente da construção e circulação da memória social.

## 2.2 O PAPEL DA IMPRENSA NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

O conceito de memória coletiva, desenvolvido pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, é fundamental para compreender o papel da imprensa na preservação das lembranças sociais. Para o autor, a memória não é um fenômeno exclusivamente individual, mas se constrói a partir das relações que os indivíduos estabelecem dentro dos grupos sociais aos quais pertencem. Como afirma Halbwachs (2006, p. 71), “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de eventos nos quais só nós estivemos envolvidos e objetos que só nós vimos”.

As experiências pessoais, portanto, são moldadas por quadros sociais de memória que orientam a forma como recordamos e atribuímos sentido aos acontecimentos. Halbwachs (2006, p. 70) também ressalta que a memória coletiva é seletiva e está sujeita a disputas: “cada grupo tem a sua memória, que corresponde ao seu ponto de vista sobre o passado, e cada memória coletiva é, ao mesmo tempo, seletiva e socialmente condicionada”. Isso significa que a escolha sobre o que será lembrado ou esquecido não ocorre de maneira neutra, mas está atravessada por relações de poder, interesses institucionais e contextos históricos. Nesse processo, a imprensa assume um papel decisivo, funcionando como mediadora e difusora das memórias que circulam no espaço público.

Ao narrar fatos relevantes, selecionar os eventos que serão destacados e construir interpretações sobre o passado, a imprensa contribui diretamente para a preservação e atualização da memória coletiva.

De acordo com Ítala Maduell (2016), o jornal impresso pode ser compreendido como um verdadeiro lugar de memória, conceito desenvolvido pelo historiador Pierre Nora. Para Nora (1993, p. 9), lugares de memória são espaços físicos, simbólicos ou institucionais nos quais as lembranças coletivas se ancoram e se materializam. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notar os testamentos”. Eles surgem quando a transmissão oral e a experiência direta começam a enfraquecer, exigindo registros formais para garantir a permanência do passado.

Nesse sentido, o jornal impresso ultrapassa sua função informativa diária e se torna um arquivo vivo da sociedade. Como observa Maduell (2016, p. 3), ele “produz sentidos que transcendem sua existência material, ao reunir registros do cotidiano, narrativas sobre fatos históricos e interpretações sobre os acontecimentos que marcam a vida social”. Essa função memorialística é particularmente visível em reportagens especiais e séries investigativas que revisitam acontecimentos marcantes, oferecendo novas interpretações e ampliando o debate público.

A imprensa, ao mesmo tempo em que preserva a memória, também atua como agente de disputa simbólica. Rosane Rosa (2012) destaca que a imprensa cria marcos temporais e valoriza determinados acontecimentos em detrimento de outros, influenciando diretamente o que será rememorado por uma comunidade. Assim, a seleção sobre quais eventos terão destaque, como serão narrados e por quanto tempo permanecerão em pauta interfere diretamente na forma como a sociedade constrói suas memórias.

O papel da imprensa torna-se ainda mais relevante em sociedades marcadas por traumas coletivos, como tragédias, conflitos armados, desastres ambientais ou episódios de violência em massa. Nesses casos, o esquecimento pode ser utilizado como estratégia de silenciamento, e o jornalismo atua como um instrumento de resistência. Assim, dar visibilidade aos testemunhos, aos registros documentais e às narrativas das vítimas é uma forma de garantir que esses eventos não sejam apagados da história. Para Seligmann-Silva (2003, p. 95), “o testemunho é analisado como parte de uma complexa ‘política da memória’, que envolve disputas pelo direito de falar e pelo reconhecimento da dor”.

No Brasil, exemplos desse papel da imprensa podem ser observados em coberturas de longo prazo sobre episódios como a ditadura militar (1964–1985), o rompimento da barragem de Mariana (2015) e a tragédia da Boate Kiss (2013). Em todos esses casos, a atuação jornalística não se limitou ao momento do acontecimento, mas se estendeu ao resgate contínuo de informações, à cobrança de responsabilização e à preservação das histórias das vítimas. Esses registros tornam-se, com o tempo, parte integrante da memória coletiva, moldando a forma como as futuras gerações compreenderão tais eventos.

A digitalização dos acervos jornalísticos também amplia o alcance da função memorialística. Arquivos de jornais e revistas, antes restritos a bibliotecas e centros

de documentação, agora podem ser acessados por qualquer pessoa com conexão à internet. Segundo Barbosa (2010), “a memória pode ser entendida como uma forma de resistência frente ao excesso de informações fragmentadas e à banalização dos acontecimentos” (p. 18). Nesse contexto, o jornalismo de memória resiste à lógica da obsolescência acelerada das notícias, recuperando e contextualizando fatos que correm o risco de cair no esquecimento.

Ao construir narrativas sobre o passado, a imprensa também contribui para a consolidação de identidades coletivas. Ana Lúcia Enne (2009, p. 45) ressalta que “a memória e a identidade social devem ser compreendidas como produtos de processos interativos e dinâmicos, permeados por práticas discursivas e estratégias narrativas”. Isso significa que o jornalismo, ao selecionar, enquadrar e difundir determinadas memórias, participa ativamente da construção das identidades sociais, reforçando ou desafiando narrativas hegemônicas.

Portanto, o papel da imprensa na preservação da memória coletiva vai muito além do simples registro dos acontecimentos. Trata-se de um trabalho contínuo de seleção, interpretação e mediação, que envolve tanto a preservação de arquivos quanto a atualização de narrativas conforme as demandas do presente. Seja por meio de reportagens, documentários, livros-reportagem ou plataformas digitais, o jornalismo atua como um dos principais guardiões da memória social, garantindo que eventos marcantes permaneçam vivos no imaginário coletivo e contribuindo para o direito à memória e à verdade.

Além de atuar como guardiã da memória coletiva, a imprensa desempenha a função de estimular a reflexão crítica sobre o passado. Ao revisitar acontecimentos históricos, o jornalismo não apenas recupera dados e depoimentos, mas também questiona versões oficiais, confronta silêncios e problematiza narrativas consolidadas. Essa postura contribui para que a memória não seja reduzida a um registro estático, mas se mantenha como um espaço de disputa e atualização constante, no qual diferentes interpretações podem emergir. Conforme aponta Nora (1993), a preservação das memórias só é efetiva quando acompanhada por um exercício de interpretação, capaz de ressignificar o passado diante das questões do presente.

Outro aspecto importante é o papel da imprensa na criação de marcos temporais que organizam a lembrança coletiva. Datas simbólicas e aniversários de eventos marcantes são frequentemente retomados pelos meios de comunicação,

funcionando como “gatilhos de memória” que reativam o interesse e o debate público. Esses retornos periódicos mantêm os acontecimentos vivos no imaginário social e reforçam o sentimento de pertencimento a uma história comum. Para Enne (2009, p.47), “a memória social é permanentemente reelaborada, na medida em que as identidades coletivas se constroem em diálogo com as narrativas do passado”.

Por fim, a imprensa também exerce um papel pedagógico na preservação da memória, sobretudo ao contextualizar eventos para novas gerações que não vivenciaram diretamente determinados fatos. Ao explicar causas, consequências e significados de acontecimentos históricos, o jornalismo possibilita que a memória coletiva seja transmitida de forma mais ampla, ultrapassando barreiras temporais e geográficas. Essa função educativa reforça a importância do jornalismo de memória como ferramenta de preservação cultural e de fortalecimento da cidadania, pois, como observa Pollak (1992, p. 12), “a memória, longe de ser apenas individual, é também objeto de disputa e instrumento de afirmação identitária”.

### **2.3 A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA SOBRE TRAGÉDIAS**

O jornalismo possui um papel fundamental na forma como a sociedade compreende as tragédias que marcam sua história. Por meio da seleção dos fatos, do recorte das informações e da construção das narrativas, os veículos de comunicação contribuem não apenas para o registro dessas ocorrências, mas também para o modo como elas são lembradas, interpretadas e incorporadas à memória coletiva. Em especial, o jornalismo de memória destaca-se por assumir a responsabilidade de revisitar episódios trágicos e oferecer novas camadas de compreensão sobre suas causas, consequências e impactos sociais.

A construção de narrativas sobre tragédias no campo jornalístico envolve uma série de escolhas editoriais que vão muito além da simples exposição dos fatos. Como destaca Márcio Seligmann-Silva (2003), essas narrativas estão profundamente ligadas àquilo que ele denomina de política da memória, ou seja, aos processos sociais, políticos e culturais que determinam o que será lembrado. Nesse sentido, o jornalismo participa ativamente da disputa em torno da memória social, podendo tanto contribuir para o esclarecimento e a preservação dos fatos, quanto para o esquecimento ou silenciamento de determinadas vozes e versões.

Seligmann-Silva também ressalta o papel central do testemunho na construção das narrativas sobre tragédias, ao afirmar que, em contextos traumáticos, o ato de testemunhar assume uma importância fundamental não apenas para as vítimas, mas para toda a coletividade. Segundo o autor (2003, p. 67), “o testemunho, ao se contrapor ao silêncio, torna-se um ato de resistência e uma forma de reinscrição do trauma na esfera pública”.

A partir dessa perspectiva, o jornalismo de memória, ao resgatar e difundir os testemunhos de sobreviventes, familiares e demais envolvidos em tragédias, contribui diretamente para a construção de narrativas que ajudam a sociedade a elaborar o trauma e a preservar a memória dos acontecimentos.

A narrativa seria a picareta que poderia ajudar a derrubar este muro. A circulação das imagens do campo de concentração que se inscreveram como uma queimadura na memória do sobrevivente, na medida em que são aos poucos traduzidas, transpostas, para ‘os outros’, permite que o sobrevivente inicie seu trabalho de religamento ao mundo, de reconstrução de sua casa. Narrar o trauma, portanto, tem um primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer. (Seligmann-Silva, 2008, p. 66)

A construção jornalística das tragédias também implica lidar com o desafio de conciliar a objetividade dos fatos com a complexidade humana e emocional que envolve esses episódios. A busca por precisão e imparcialidade, característica central do discurso jornalístico tradicional, muitas vezes se depara com a complexidade dos relatos pessoais e das emoções que permeiam os episódios traumáticos.

Nesse sentido, “o testemunho possui um papel de aglutinador de grupos de pessoas que constroem a sua identidade a partir dessa identificação com essa ‘memória coletiva’ de perseguições, de mortes e dos sobreviventes” (Seligmann-Silva, 2005, p. 87). Assim, o jornalismo de memória torna-se uma possibilidade de conciliar essas dimensões, ao reconhecer que os testemunhos e as narrativas individuais são fundamentais para o registro e a compreensão das tragédias.

A morte, por sua vez, emerge como elemento central na lógica da noticiabilidade. Nelson Traquina (2008) afirma que “onde há morte, há jornalistas”, indicando que o jornalismo trata a morte como critério substantivo para decidir o que será notícia. Ao cobrir tragédias, o jornalista não apenas registra o evento, mas constrói seu sentido como acontecimento social e emocional. Nessas narrativas, o

jornalismo combina memória, testemunho e sentido simbólico, transformando eventos traumáticos em experiências coletivas de reflexão.

Além disso, Motta e Amaral (2023), ao investigarem como o telejornalismo aborda tragédias, identificam que o testemunho, nas primeiras 24 horas após o evento, cumpre funções cruciais: conferir credibilidade, descrever o acontecimento, humanizar as vítimas e expressar o impacto emocional do fato. Essas funções evidenciam que a narrativa jornalística ultrapassa a simples descrição, assumindo um papel ativo na mediação entre o acontecimento e sua significação social.

Nessa mesma direção, Marialva Barbosa (2013) observa que a memória social das tragédias é frequentemente moldada pelos relatos jornalísticos, que funcionam como “marcos discursivos” capazes de fixar determinados significados e silenciar outros. Essa seletividade narrativa pode tanto contribuir para o fortalecimento de processos de memória e justiça quanto reforçar visões hegemônicas que minimizam ou distorcem as causas e consequências de um acontecimento.

Dessa forma, a maneira como o jornalismo constrói as narrativas sobre tragédias possui implicações diretas sobre como esses acontecimentos serão lembrados, interpretados e incorporados à história social. Narrativas que silenciam as vítimas ou que se limitam a abordagens superficiais contribuem para o apagamento da memória coletiva e para a banalização do sofrimento. Como lembra Seligmann-Silva (2005, p. 87), “na ‘era das catástrofes’ a identidade coletiva (e mesmo nacional) tende a se articular cada vez menos com base na ‘grande narrativa’ dos fatos e personagens heróicos e a enfatizar as rupturas e derrotas”, o que torna o testemunho ainda mais necessário para que se articule a história sob a ótica dos vencidos.

Assim, um jornalismo comprometido com a preservação da memória, com o acolhimento dos testemunhos e com a busca por compreender as tragédias em sua complexidade pode contribuir para o fortalecimento dos processos de memória e para a promoção de uma reflexão crítica sobre o passado.

## **2.4 A ESCUTA DOS TESTEMUNHOS NO JORNALISMO**

O testemunho ocupa um lugar central no processo de construção das memórias sociais, especialmente em contextos marcados por tragédias, violações de direitos humanos ou episódios de violência coletiva. Nessas circunstâncias, as lembranças

individuais não apenas registram os acontecimentos, mas se transformam em elementos indispensáveis para compreender o impacto social dos fatos e garantir que eles não sejam esquecidos.

No campo do jornalismo de memória, a escuta dos testemunhos configura-se como prática essencial, ultrapassando os limites da coleta factual de informações e adentrando o terreno da ética, da responsabilidade social e do compromisso com a preservação da memória coletiva.

De acordo com Seligmann-Silva (2003, p. 54), o testemunho não se restringe à simples narração de um evento passado, ele envolve um processo complexo, atravessado por percepções subjetivas, emoções intensas e, muitas vezes, pelo silêncio. O autor observa que certas experiências, em especial as traumáticas, “são da ordem do indizível e, portanto, quando narradas, vêm carregadas de lacunas, hesitações e interrupções”. Nessa perspectiva, o ato de testemunhas é sempre incompleto, mas ainda assim carrega uma potência significativa para a reconstrução do sentido coletivo sobre um acontecimento.

Esse caráter fragmentado não diminui o valor do testemunho, mas evidencia sua complexidade. Como lembra Michael Pollak (1992, p. 11), “as memórias individuais são construídas em interação com outras memórias e se alimentam de referências coletivas que permitem situar os acontecimentos na narrativa social”. Isso significa que, ao escutar um sobrevivente, o jornalista não capta apenas um relato isolado, mas um fragmento que se articula com a memória coletiva de um grupo ou de uma comunidade.

O papel dos jornalistas, nesse cenário, não se limita a ouvir e registrar, mas exige um trabalho de escuta ativa e sensível, reconhecendo tanto os limites quanto às potencialidades do testemunho. Seligmann-Silva (2005, p. 90) afirma que “tudo se passa como se o jornalista, antropólogo ou sociólogo fosse uma figura transparente e a sua escritura, literalmente agora, um ‘porta-voz’ do testemunho”. Essa mediação pressupõe preparo técnico, sensibilidade ética e compreensão dos contextos sociais, históricos e emocionais em que o relato é produzido.

Mais do que reproduzir falas, o jornalista precisa compreender que está lidando com memórias atravessadas por dor e perda. Como reforça Halbwachs (2006, p. 72), “a lembrança não é um simples retorno ao passado, mas uma reconstrução a partir de dados atuais e de representações coletivas”. Ao reconhecer esse caráter

reconstruído da memória, o jornalista é chamado a tratar o testemunho com rigor e respeito, assegurando sua inserção no debate público sem distorções ou apropriações indevidas.

A escuta dos testemunhos no jornalismo de memória também desempenha uma função social crucial ao romper com processos de silenciamento e apagamento histórico.

Muitas tragédias e episódios de violência são acompanhados por tentativas, explícitas ou sutis, de minimizar, negar ou reinterpretar os acontecimentos. Nessas situações, o jornalismo comprometido com a escuta e a difusão dos testemunhos contribui para o reconhecimento das vítimas, para o fortalecimento das lutas por memória, verdade e justiça e para a construção de narrativas mais plurais e inclusivas.

Seligmann-Silva (2005, p. 88) sintetiza essa importância ao afirmar que “o testemunho funciona como o guardião da memória” e que sua presença no espaço público é indispensável para enfrentar a negação histórica e preservar a experiência vivida pelas vítimas.

O valor do testemunho no jornalismo de memória está também na sua capacidade de humanizar narrativas. Em um ambiente midiático frequentemente marcado pela rapidez e pela superficialidade, relatos pessoais oferecem ao público a oportunidade de se conectar emocionalmente com as histórias e de compreender, de maneira mais profunda, o impacto humano das tragédias.

Contudo, a escuta de testemunhos apresenta desafios significativos. Nem toda experiência traumática pode ser narrada com facilidade, e muitos sobreviventes enfrentam barreiras emocionais ou linguísticas para traduzir em palavras o que viveram. Além disso, os jornalistas podem encontrar dilemas éticos ao equilibrar o interesse público pelo relato com a necessidade de preservar a dignidade e o bem-estar emocional do entrevistado. Pollak (1992) já alertava que a memória pode ser seletiva e que certos silêncios também são formas legítimas de preservação pessoal.

Por isso, a escuta jornalística deve estar ancorada em princípios éticos sólidos, priorizando o consentimento informado, a sensibilidade cultural e o respeito aos limites estabelecidos pelos próprios narradores. Paul Ricoeur (2007, p. 162) lembra que “o ato de narrar implica um contrato tácito entre narrador e ouvinte, no qual a confiança é o elemento que sustenta a possibilidade do relato”. Esse contrato, no contexto

jornalístico, deve ser preservado para garantir que o testemunho cumpra seu papel de preservar a memória sem explorar ou revitimizar o entrevistado.

Ao escutar e difundir testemunhos, o jornalismo de memória não apenas registra fatos, mas oferece à sociedade instrumentos para elaborar coletivamente o trauma e refletir sobre o passado. Trata-se de um processo que alia o compromisso informativo à função social de manter viva a lembrança dos acontecimentos, reforçando o direito coletivo à memória e à verdade. Em sociedades marcadas por traumas, essa prática se apresenta como uma das formas mais potentes de resistência ao esquecimento e de promoção da justiça histórica.

### 3. NARRATIVAS DE TRAUMA E DE TESTEMUNHO

O estudo das narrativas de trauma e testemunho é fundamental para compreender como sociedades lidam com experiências de dor e sofrimento. Essas narrativas não apenas registram acontecimentos, mas também se tornam formas de memória, resistência e elaboração coletiva do passado. Ao longo da história, o testemunho tem ocupado um papel central na preservação da memória de tragédias, funcionando como uma ligação entre a experiência individual e a construção social da lembrança.

Quando falamos em trauma, falamos de acontecimentos que ultrapassam a capacidade de compreensão e expressão. São experiências que deixam marcas profundas e que muitas vezes não conseguem ser totalmente narradas. É nesse ponto que surge a importância da narrativa. Ainda que incompleta, ela permite que o trauma seja compartilhado, dando voz a experiências que poderiam permanecer silenciadas. O testemunho, nesse sentido, aparece como um espaço onde a dor ganha reconhecimento e pode ser comunicada ao outro.

As narrativas de testemunho não carregam apenas informação sobre o que ocorreu, mas também uma dimensão ética. Ao falar do que viveu, o sobrevivente assume uma responsabilidade diante da coletividade, e quem escuta passa a compartilhar essa memória. Essa troca faz com que o testemunho seja, ao mesmo tempo, pessoal e coletivo: pertence ao indivíduo que fala, mas também se transforma em parte da memória social quando circula pela imprensa, pela literatura ou por outros meios de registro.

Dessa forma, o conceito de narrativa do trauma e de testemunho nos faz pensar na relação entre memória, linguagem e ética. O trauma desafia a representação, mas o testemunho mostra que a fala é indispensável para resistir ao esquecimento. Ao transformar a experiência em narrativa, abre-se espaço para que o sofrimento seja reconhecido, mantendo viva a lembrança daqueles que sofreram. É a respeito desses aspectos que iremos tratar neste capítulo.

### 3.1 O TRAUMA E O TESTEMUNHO

O conceito de memória coletiva, formulado por Maurice Halbwachs, é essencial para compreender como lembranças individuais e coletivas se encontram na formação da identidade social. Para o autor, ainda que possamos falar em recordações pessoais, elas sempre estão relacionadas a um contexto mais amplo, pois a experiência individual só tem sentido quando relacionada às estruturas sociais.

[...] é claro, a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedade múltiplas em que estamos envolvidos [...]. (Halbwachs, 2006, p. 12)

Assim, a memória não pode ser entendida como uma realidade puramente subjetiva, já que é construída a partir das interações com os grupos sociais nos quais o indivíduo se insere. O que lembramos não resulta apenas daquilo que vivemos de forma isolada, mas também do modo como se articula às experiências compartilhadas. Halbwachs (2006) ressalta que muitas vezes atribuímos a nós mesmos ideias, sentimentos e reflexões que, na verdade, foram inspirados pela coletividade que nos envolve, demonstrando como o grupo desempenha papel fundamental na configuração da memória.

A partir dessa perspectiva, cada lembrança individual pode ser vista como um ponto de vista particular sobre a memória coletiva. Esse ponto de vista não é fixo, mas se transforma conforme o lugar ocupado pelo sujeito e as relações que ele mantém com diferentes grupos. Como afirma Maurice Halbwachs (2006, p. 69), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”.

Isso significa que as próprias lembranças, mesmo aquelas que parecem mais íntimas e pessoais, são explicadas por transformações que ocorrem em nossas relações sociais. O autor enfatiza que (2006, p. 69) “a sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos”. Dessa forma, o estudo da

memória revela-se inseparável da vida social, uma vez que os marcos coletivos fornecem as lembranças e significados que permitem a recordação.

Essa proposta feita por Halbwachs (2006) oferece uma base sólida para compreender como a memória é um fenômeno coletivo, mas não encerra a discussão. Outros pensadores, como Paul Ricoeur (2004), aprofundam a reflexão ao explorar dilemas éticos, políticos e existenciais que atravessam os processos de lembrança e esquecimento. Enquanto Maurice Halbwachs enfatiza o papel dos grupos sociais na formação da memória, Ricoeur destaca que ela não apenas preserva o passado, mas também o interpreta e o reinscreve no presente.

Nesse sentido, a contribuição de Ricoeur (2004) amplia a ideia aberta por Halbwachs (2006), pois mostra que a memória não se limita ao social, mas também está relacionada com a narrativa, o testemunho e a história. A memória, em Ricoeur (2004), aparece como campo de disputas, sujeita a abusos tanto pela manipulação do esquecimento quanto pela sobrecarga do excesso de lembrança. Essa perspectiva dialoga de modo direto com a proposta de Halbwachs, mas vai além, ao considerar que recordar não é apenas recuperar o que foi vivido, mas também reconstruí-lo constantemente por meio de práticas discursivas.

Dessa forma, ao transitarmos de Halbwachs para Ricoeur, aumentamos o entendimento sobre a memória coletiva: se, por um lado, ela se enraíza nas experiências compartilhadas dos grupos sociais, por outro, é atravessada por disputas de sentido e pela necessidade de reconhecimento ético e político. Essa transição nos leva a perceber que o testemunho e a narrativa não podem ser pensados apenas como simples registros de lembranças, mas como formas complexas de mediação entre passado, presente e futuro.

Paul Ricoeur (2004), em *A memória, a história e o esquecimento*, aprofunda a compreensão da memória ao vinculá-la ao campo narrativo. Para o autor, a memória não se reduz a um simples depósito de imagens do passado, mas é uma prática constantemente reconfigurada pela linguagem e pela narrativa. Ele observa que “a representação historiadora é bem uma imagem presente de algo ausente; mas esse ausente se desdobra em desaparecimento e existência no passado” (2004, p. 127), mostrando como lembrar é sempre algo contraditório. Recordar é trazer de volta algo que já não está mais presente, mas que se atualiza no discurso. Essa perspectiva é fundamental para compreender como os traumas e testemunhos se inscrevem na

narrativa jornalística, já que a linguagem se torna o meio pelo qual experiências dolorosas podem ser compartilhadas.

Nesse sentido, Ricoeur (2004) também enfatiza a relação entre memória e testemunho. O testemunho é visto como um tipo de narrativa que carrega não apenas informação, mas também um compromisso ético com a verdade de quem fala. Para o autor, o testemunho pode ser entendido como a declaração de alguém que afirma ter vivenciado diretamente um acontecimento e o comunica aos outros. Essa dimensão ética torna-o especialmente relevante em contextos de traumas coletivos, como tragédias ou episódios de violência, em que a palavra do sobrevivente resiste ao esquecimento.

O conceito de narrativa do trauma ganha destaque nesse contexto, pois o trauma é, por definição, uma experiência que excede a capacidade imediata de representação. Ricoeur (2004) mostra que a narrativa, ao mesmo tempo que organiza os acontecimentos no tempo, também revela os limites da linguagem diante do que não pode ser dito. É nesse ponto que o testemunho se torna indispensável: mesmo fragmentado, hesitante ou marcado pelo silêncio, ele apresenta uma experiência que, de outro modo, permaneceria sem voz. Assim, a narrativa do trauma é sempre uma tentativa de dar voz ao indizível, ao mesmo tempo que preserva as marcas do que não se consegue expressar.

Ao relacionar memória, narrativa e testemunho, Ricoeur amplia a compreensão sobre a função social da narrativa traumática. Ela não se limita a registrar um sofrimento individual, mas projeta esse sofrimento no espaço coletivo, convidando a sociedade a compartilhar o trauma. Para ele, a narrativa permite que o passado não se feche, mas seja continuamente reinterpretado: “a narrativa é o meio pelo qual configuramos nossa experiência do tempo” (2004, p. 85). No caso do trauma, essa configuração é um movimento de resistência contra o esquecimento e de abertura para a construção de sentidos compartilhados.

A reflexão de Paul Ricoeur, ao destacar os dilemas entre memória, esquecimento e narrativa, abre espaço para compreender que o testemunho é mais do que apenas uma lembrança individual, na medida em que se trata de uma experiência compartilhada, que ganha força quando apresentada ao público. A memória deixa de ser apenas uma questão simbólica, na qual a verdade do sobrevivente se contrapõe às versões oficiais, ao silêncio e ao esquecimento.

É nessa perspectiva que se estabelece a contribuição de Márcio Seligmann-Silva (2002) para as reflexões acerca da relação entre trauma, memória e linguagem. Se Halbwachs mostrou o fundamento da memória e Ricoeur evidenciou a natureza narrativa e ética, Seligmann-Silva discute o problema do trauma com uma reflexão sobre as dificuldades e possibilidades de sua narração. Seus trabalhos, especialmente *Narrar o trauma* (2008) e *Literatura e trauma* (2002), apresentam como o testemunho se manifesta ao dar voz ao sofrimento extremo, mesmo quando a linguagem parece insuficiente para representar as experiências.

Márcio Seligmann-Silva é um dos principais autores brasileiros a discutir o conceito de trauma e as formas de sua narração. O autor entende o trauma como uma experiência que desafia a linguagem, pois deixa marcas que muitas vezes não podem ser completamente traduzidas em palavras. Em *Literatura e trauma* (2002, p. 12), ele observa que o “trauma apresenta-se como uma ferida na memória, como uma marca indelével que insiste em retornar sob a forma de lembranças fragmentárias e repetitivas”. Essa ideia é essencial para compreender por que a narrativa traumática nunca se apresenta de forma completa.

Para o autor, narrar o trauma é, ao mesmo tempo, uma necessidade e uma impossibilidade. É necessidade porque o testemunho representa uma forma de resistência contra o esquecimento e de reivindicação de memória e justiça. É impossibilidade porque certas experiências, pelo grande impacto que causam, não encontram expressões adequadas na linguagem. Como afirma Seligmann-Silva (2008, p. 65), “veremos que o testemunho de certo modo só existe sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade”. Esse conflito entre necessidade e impossibilidade marca profundamente a narrativa de testemunho, que se apresenta sempre fragmentada, hesitante e atravessada pelo silêncio.

Seligmann-Silva destaca que o testemunho não pertence apenas ao campo da literatura ou da história, mas se expande ao jornalismo e às narrativas sociais em geral. Ele enfatiza que, em contextos traumáticos, o testemunho se situa no entre-lugar da necessidade e da impossibilidade de narrar (2008, p. 57). Essa definição destaca a importância do jornalismo de memória que, ao registrar e difundir testemunhos de sobreviventes de tragédias e catástrofes, atua como mediador entre o vivido e o coletivo, transformando experiências individuais em memória social.

O autor ainda reflete sobre a função ética do testemunho. Ao dar voz aos sobreviventes e às vítimas, a narrativa do trauma torna-se um ato de responsabilidade diante do outro. Em suas palavras (2005, p. 91), “testemunhar significa, antes de tudo, assumir a responsabilidade pelo acontecimento e falar pelos que não podem mais falar”<sup>1</sup>. Essa ideia é crucial para pensar o papel da imprensa e da literatura na preservação da memória coletiva em temas sensíveis da história, já que narrar o trauma não é apenas relatar, mas também garantir que o sofrimento não seja silenciado.

Por fim, Seligmann-Silva mostra que o trauma e o testemunho não se limitam ao individual, mas também criam um espaço de construção coletiva da memória. O autor observa que (2005, p. 87) “o testemunho possui um papel de aglutinador de um grupo de pessoas [...] que constroem a sua identidade a partir dessa identificação de ‘memória coletiva’ de perseguições, de mortes e dos sobreviventes”. Assim, a narrativa do trauma une lembranças pessoais com experiências coletivas, conectando o pessoal à história.

A análise de Halbwachs, Ricoeur e Seligmann-Silva mostram que a memória é um fenômeno social e narrativo, atravessado pela linguagem. Se Halbwachs nos mostra que toda lembrança está baseada em contextos coletivos, Ricoeur acrescenta a dimensão da narrativa e da ética, destacando a relação entre memória, esquecimento e testemunho. Já Seligmann-Silva traz para o centro do debate o problema do trauma, evidenciando suas marcas na linguagem e na impossibilidade de uma representação total.

Dessa forma, a narrativa do trauma e do testemunho pode ser entendida como um espaço de mediação entre o individual e o coletivo. O testemunho representa uma forma de resistência contra o esquecimento e o apagamento histórico, funcionando como elo entre a experiência e a construção da memória social.

No campo jornalístico, essa discussão torna-se ainda mais relevante, pois o jornalismo de memória se apropria dessas narrativas para construir registros que não apenas informam, mas também preservam, elaboram e reinterpretam os traumas

---

<sup>1</sup> O conceito de narrativa do trauma surge a partir dos estudos sobre o Holocausto, considerado o marco fundador sobre o testemunho e a memória nas catástrofes históricas. Mais tarde, essa ideia passou a ser utilizada para compreender outras experiências, como as ditaduras militares, os regimes de perseguição política e os conflitos de massa, em que o ato de narrar se torna uma forma de resistência e de reconstrução simbólica (Seligmann-Silva, 2003, p. 68-73)

coletivos. Assim, ao considerar as contribuições desses autores, podemos compreender que a narrativa do trauma e do testemunho é uma prática social e ética indispensável para o fortalecimento do direito à memória, à verdade e à justiça.

### **3.2 A ESCUTA DO TESTEMUNHO NO JORNALISMO**

A escuta ocupa um lugar central no jornalismo contemporâneo quando pensamos na narrativa do testemunho. Mais do que uma técnica de apuração, ouvir o outro envolve ética e acolhimentos de experiências únicas. Nesse contexto, Ana Cláudia Peres (2016) aponta que o testemunho passou a ter uma função fundamental nas narrativas midiáticas, especialmente no jornalismo. Dessa forma, ao integrar a experiência vivida e narrada, o testemunho só se torna possível porque o jornalista está disposto a escutar e a transformar cada experiência em narrativa compartilhada.

Nesse sentido, a escuta não deve ser reduzida a apenas uma entrevista de rotina, mas sim como uma prática que estabelece vínculos entre os sujeitos. Para Peres (2016, p. 92), quando valorizado “não apenas como procedimento de uma rotina jornalística, mas enquanto experiência vivida e narrada, [o testemunho] pode oferecer uma chave para colocar sujeitos em relação”. Essa perspectiva muda a ideia de um simples recurso narrativo para uma dimensão em que a escuta se torna condição de existência da própria narrativa jornalística.

A noção de escuta também encontra conexão no pensamento de Jeanne Marie Gagnebin. Para a autora, testemunhar não é apenas relatar o que foi vivido, mas implica permanecer diante do relato do outro, mesmo quando este é insuportável. Como afirma Gagnebin (2006, p. 57), testemunha é também “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro”. Esse entendimento amplia a função do jornalista, que acaba se tornando aquele que acolhe o relato e garante sua circulação social, sem interromper o fluxo da memória.

Dessa forma, ao relacionar as contribuições de Peres (2016) e Gagnebin (2006), percebe-se que a escuta jornalística é mais do que registrar informações. Trata-se de uma prática ética, marcada pela responsabilidade de ouvir o sofrimento, o silêncio e até mesmo as lacunas da fala. Portanto, a escuta do testemunho no jornalismo não se trata apenas de colher declarações, mas envolve também uma

disposição de permanecer diante da dor alheia e reconhecê-la como experiência digna de memória e de narrativa.

O papel do jornalista na escuta de testemunhos ganha aspectos éticos e simbólicos quando pensamos no lugar que ocupa como mediador entre os acontecimentos e a sociedade. Muniz Sodré (2009, p. 48, *apud* Gerk; Barbosa, 2018, p. 132) destaca que “a credibilidade decorre muito provavelmente do lugar privilegiado que o jornalista ocupa como mediador entre a cena do acontecimento e a sociedade global: o lugar da testemunha”. Nesse sentido, ao escutar e transmitir testemunhos, o jornalista assume a responsabilidade de levar a memória de um fato, colocando em jogo sua própria credibilidade no modo como essa narrativa será compreendida.

No entanto, esse lugar de testemunha ocupado pelo jornalista não é estável, pois hoje o espaço da comunicação é tomado pela grande quantidade de relatos pessoais que circulam nas redes sociais. De acordo com Caroline Gerk e Marialva Barbosa (2018, p. 133), no contexto contemporâneo “o jornalista parece atuar como uma espécie de controlador de testemunhos alheios”. Assim, a escuta não se limita a ouvir e reproduzir, mas implica organizar e selecionar testemunhos vindos de diferentes fontes, definindo os modos pelos quais esses relatos serão aceitos publicamente.

Esse papel de controlador levanta dilemas éticos. Se por um lado o jornalista precisa filtrar e contextualizar as falas, por outro corre o risco de reduzir o testemunho a falas rápidas, usadas apenas para conferir emoção à matéria. A escuta, portanto, varia entre o acolhimento do outro e a necessidade de encaixar sua voz dentro da lógica noticiosa. De acordo com os autores, isso se torna ainda mais delicado diante da pressão pela instantaneidade: matérias feitas apenas a partir de postagens de redes sociais ou áudios enviados por leitores exemplificam um tipo de escuta que se aproxima da reprodução automática, sem mediação crítica.

Muniz Sodré (2009), ao destacar a credibilidade do jornalista, sugere que esse valor não pode estar apoiado apenas na circulação de testemunhos brutos, mas na capacidade do profissional de atribuir sentidos, costurar memórias e contextualizar experiências. Em suas palavras (2009, p. 48, *apud* Gerk; Barbosa, 2018, p. 132), a função do jornalista como testemunha está relacionada à sua posição social de mediador, e não apenas à reprodução das falas: “a credibilidade decorre muito provavelmente do lugar privilegiado que o jornalista ocupa como mediador entre a

cena do acontecimento e a sociedade global: o lugar da testemunha”. Isso mostra que a escuta, para além de técnica, é também uma prática ética que efetiva o jornalismo perante a sociedade.

Dessa forma, a contribuição de Sodré permite compreender que a escuta jornalística   sempre mediada. O jornalista não apenas transmite o relato, mas decide como ele será ouvido pelo público, quais aspectos ter o destaque e quais memórias serão preservadas. Nesse processo, a escuta   atravessada por escolhas que podem ampliar ou reduzir a potência do testemunho. Ao mesmo tempo, ela reforça a fun o social do jornalista como guardião da credibilidade, uma vez que sua media o   vista como filtro essencial entre o acontecimento e a coletividade.

Essas reflexões de Sodré indicam que a escuta no jornalismo se constrói em um campo de conflitos: entre acolher e controlar, entre dar voz e moldar, entre ampliar a experiência individual e transformá-la em narrativa coletiva. A compreensão desse movimento   fundamental para entender o papel ético do jornalista como mediador de testemunhos, sobretudo em um período marcado pela grande quantidade de relatos que circulam nas m dias digitais.

Ao mesmo tempo em que Sodré chama aten o para o lugar privilegiado do jornalista como mediador da escuta, outros autores apontam que esse processo não termina na rela o entre repórter e fonte. A escuta jornalística se estende para além da reda o, envolvendo também o público como parte ativa do processo. Nesse ponto, a contribui o de Rodrigues Lage (2013)   essencial, pois traz uma maior reflexão para o papel do leitor ou espectador, que   convidado a assumir a posi o de quem também   testemunha.

Rodrigues Lage (2013, p. 85) argumenta que “o jornalismo contemporâneo nos coloca na condi o de testemunhas de outros testemunhos, pois, ao mesmo tempo em que escutamos os relatos, somos convocados a compartilhar dessa escuta”. Ou seja, ao transmitir relatos de vítimas, o jornalismo não apenas escuta, mas convida toda a sociedade a compartilhar dessa escuta. Essa ideia tira a escuta do campo apenas profissional do repórter e a coloca em uma rede de testemunhos, em que jornalistas, fontes e público participam juntos.

Essa ideia reforça que o testemunho não termina no momento da publica o, mas continua a repercutir na escuta coletiva. O jornalista, ao narrar a experiência do

outro, cria um espaço em que os leitores e espectadores também se tornam ouvintes de uma memória traumática, transformando-se em guardiões dessa memória.

Além disso, ao destacar que o jornalismo nos transforma em “testemunhas de outros testemunhos”, Rodrigues Lage (2013) chama atenção para os efeitos éticos dessa prática. A escuta, nesse caso, implica responsabilidade não apenas para quem escreve, mas também para quem lê. O público, ao acolher o relato transmitido, participa do processo de dar sentido ao sofrimento e de preservar a memória narrada. Trata-se de uma escuta coletiva que mobiliza solidariedade e julgamentos sociais.

O autor enfatiza que essa dinâmica não pode ser entendida como neutralidade ou simples consumo de informação. A escuta jornalística convoca o público a se posicionar, a se reconhecer como parte de uma rede de testemunhos em que a dor alheia se torna também responsabilidade comum. Nesse processo, a escuta não é passiva, mas ativa, pois exige engajamento e participação, mesmo que em nível simbólico.

Assim, a reflexão de Rodrigues Lage (2013) complementa a de Muniz Sodré (2009): se um destaca o papel do jornalista como testemunha e mediador, o outro amplia o campo da escuta, mostrando que o público também é convocado a ocupar essa posição. O jornalismo, nesse sentido, funciona como elo que conecta experiências individuais a uma memória social compartilhada, atribuindo ao testemunho uma função coletiva e política.

A reflexão sobre o testemunho no jornalismo não pode se limitar apenas ao que é narrado. Giorgio Agamben (2008), em *O que resta de Auschwitz*, mostra que todo testemunho é marcado por uma impossibilidade. O autor explica que (2008, p. 150, *apud* Peres, 2016, p. 96) “o testemunho é uma potência que consiste em sua falta de potência, um poder que consiste em ser capaz de não poder”. Isso significa que escutar um testemunho não é apenas recolher informações, mas também reconhecer os silêncios, as falhas e o não dito que acompanham o relato.

Nesse sentido, a escuta jornalística precisa ir além da coleta de declarações. Se todo testemunho carrega uma ausência, cabe ao jornalista acolher também o que não conseguiu ser dito por completo. Agamben (2008, p. 34) aponta que “o verdadeiro testemunho é aquele que falta”, isto é, o que revela sua falta de totalidade. No campo do jornalismo, essa percepção implica compreender que narrativas de trauma e

sofrimento nunca podem ser totalmente ditas, e que o papel da escuta é respeitar essa impossibilidade sem tentar forçar seu desaparecimento.

Ao lidar com testemunhos, o jornalista se depara com pedaços de história, falas interrompidas e lembranças que retornam de forma confusa. É justamente nessas “falhas” que está a força do testemunho. Como observa Peres (2016, p. 96), comentando a obra de Agamben, a escuta deve considerar “os limites e impossibilidades da narração do trauma”. Isso reforça a ideia de que a escuta jornalística é também uma prática de acolhimento do silêncio.

A contribuição de Agamben é essencial para pensar a ética do jornalismo diante de testemunhos de tragédias. Escutar não é apenas dar espaço à fala, mas aceitar que toda fala carrega experiências que resistem à linguagem. Ao reconhecer isso, o jornalista evita reduzir o testemunho a um relato fechado, preservando a profundidade histórica.

Dessa forma, a escuta jornalística de Agamben compreende que testemunhar é, ao mesmo tempo, dizer e não poder dizer. O jornalista deve estar atento não só ao que é narrado, mas também ao que não é dito.

### **3.3 A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA SOBRE TRAGÉDIAS NO JORNALISMO**

As tragédias representam momentos de forte impacto social que desafiam o jornalismo ao narrar acontecimentos de grande comoção coletiva. Nessas situações, a produção de notícia envolve não apenas relatar fatos, mas construir uma narrativa que ajude a sociedade a compreender e elaborar o acontecido. A forma como essas histórias são contadas define não só a circulação das informações, mas também como as memórias sobre determinado evento serão preservadas.

No processo de construção dessas narrativas, o jornalismo lida com elementos de urgência, emoção e responsabilidade. Ao mesmo tempo em que se precisa responder rapidamente à demanda por informações, também se enfrenta o desafio ético de respeitar as vítimas e seus familiares para que o sofrimento não se transforme em espetáculo. Assim, cada escolha, de testemunhas que serão ouvidas às imagens que serão utilizadas, faz parte da criação de um discurso coletivo sobre a tragédia e seus desdobramentos.

Nas primeiras horas após uma tragédia, o jornalista encontra-se diante de uma urgência em relatar o que aconteceu. Para isso, uma das estratégias mais usadas é ouvir testemunhas e sobreviventes, trazendo suas falas como forma de credibilizar e emocionar a narrativa. Como explicam Juliana Motta e Márcia Franz Amaral, no artigo *As primeiras 24 horas* (2023, p. 4), “a voz do outro surge como fonte principal, pois é ela que dá ao acontecimento uma dimensão de realidade”. O relato imediato de quem viveu a tragédia dá legitimidade à cobertura e ajuda a transformar o acontecimento em notícia.

Esse uso inicial de testemunho também tem a função de aproximar o público do sofrimento, criando um vínculo emocional. As autoras destacam que essa estratégia narrativa fortalece a credibilidade da cobertura e gera proximidade entre a notícia e quem a consome. Assim, ao dar espaço às falas das vítimas e seus familiares, o jornalismo constrói uma narrativa que engloba informação e emoção, influenciando a forma como a sociedade entende e recorda a tragédia.

Por outro lado, há riscos nesse imediatismo, já que muitas falas surgem “carregadas de emoção e muitas vezes sem clareza” (2023, p. 6). Dessa forma, o testemunho pode tanto legitimar a notícia quanto expor fragilidade. Cabe ao jornalista equilibrar a urgência de relatar e a responsabilidade ética de respeitar os limites da dor e da memória.

No artigo *A atuação do repórter na cobertura televisiva de tragédias*, Iluska Coutinho e Jhonatan Mata ressaltam que, nesses contextos, o jornalista não é apenas um observador neutro, mas alguém que vivencia e transmite a tragédia. No texto, os autores destacam que (2013, p. 3) “o olhar do jornalista é o olhar de uma testemunha do fato que enuncia”. Essa ideia pode ser aplicada para além da televisão. Em qualquer meio, o repórter assume um lugar de testemunho, mediando entre a experiência das vítimas e o público que acompanha o acontecimento.

Ao ocupar esse papel, o jornalista precisa traduzir o caos do momento em um relato que seja entendido por todos. O profissional organiza informações dispersas, conecta testemunhos e descreve a cena, construindo uma narrativa que ajuda a sociedade a compreender o impacto da tragédia. Coutinho e Mata (2013, p. 4) salientam que a atuação do profissional “é atravessada pela tensão entre a objetividade esperada e a carga emocional do acontecimento”. Isso mostra que o desafio é equilibrar a técnica jornalística com a dimensão humana do relato.

Outro ponto levantado pelos autores é que, ao estar presente na cena, o repórter também se torna parte da memória coletiva construída sobre o evento. Sua narrativa não apenas descreve, mas ajuda a construir a forma como a tragédia será lembrada. Por conta disso, a atuação do jornalista deve considerar o impacto de suas escolhas de linguagem e enquadramento, evitando a espetacularização do sofrimento. O repórter, nesse caso, é simultaneamente narrador, testemunha e mediador, e cada uma dessas funções exige responsabilidade.

Dessa forma, pensar a atuação do profissional na cobertura de tragédias permite compreender que a narrativa jornalística é construída não só pelas falas das vítimas, mas também pela presença e pelas escolhas do próprio profissional. Seja na televisão, na imprensa escrita ou no livro-reportagem, o jornalista atua como peça central na tradução do acontecimento, equilibrando o objetivo da informação com a necessidade de dar sentido humano e social à dor narrada.

Narrar tragédias não afeta apenas as fontes ou o público, mas também o próprio jornalista que cobre esses acontecimentos. Cilene Victor (2023, p. 291) lembra que “as narrativas sobre tragédias afetam a saúde mental dos repórteres, pois os colocam em contato direto com experiências de dor e sofrimento”. Esse aspecto mostra que a construção da narrativa jornalística é composta também pelo emocional de quem a produz.

A autora destaca que muitas vezes os jornalistas não encontram espaço para expressar o impacto psicológico do trabalho. Como afirma Victor (2023, p. 293), “o silêncio é, muitas vezes, a forma encontrada nas redações para lidar com o sofrimento”. Esse aspecto não elimina a dor, apenas a oculta, criando um ambiente em que a pressão profissional se sobrepõe ao cuidado com a saúde mental.

Essa constatação é importante para entender que a narrativa jornalística sobre tragédias não é apenas um produto informativo, mas também resultado de um processo humano marcado por limites e fragilidades. O jornalista, ao dar voz às vítimas, precisa lidar com a própria exposição ao trauma.

Dessa forma, a contribuição de Victor (2023) amplia o debate sobre a construção da narrativa de tragédias, ao mostrar que ela não envolve somente as escolhas editoriais ou a escuta das vítimas, mas também o impacto sobre quem escreve. Reconhecer esse aspecto é essencial para pensar o jornalismo não apenas

como transmissor de informações, mas como prática que transforma todos os sujeitos envolvidos no processo comunicativo.

Sendo assim, uma análise sobre a construção da narrativa jornalística em contextos de tragédias deve levar em consideração que o trabalho do repórter ultrapassa a função de informar. Ao organizar testemunhos, imagens e dados sob intensa pressão, o jornalista ajuda a sociedade a compreender o impacto desses acontecimentos. O relato jornalístico não se limita ao registro factual, pois também torna-se parte do processo de memória social.

Ao mesmo tempo, essa prática exige grande responsabilidade ética. Cada escolha narrativa influencia a forma como a tragédia será lembrada. O desafio está em equilibrar a urgência da informação com o respeito às vítimas e familiares, evitando a espetacularização do sofrimento e preservando a dignidade de quem vivenciou a dor.

Por fim, é preciso considerar que a narrativa jornalística não afeta apenas o público, mas também os profissionais que a constroem. A proximidade com o sofrimento e a pressão da cobertura deixam marcas emocionais, revelando que a prática do jornalismo em tragédias é marcada por limites humanos. Reconhecer isso é essencial para compreender o jornalismo como uma atividade que, além de informar, também transforma tanto aqueles que narram quanto aqueles que escutam.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolvida neste trabalho é qualitativa, pois busca compreender o tema analisado a partir de interpretações e análises. Diferentemente de abordagens quantitativas, que trabalham com dados estatísticos, a pesquisa qualitativa foca na interpretação, o que permite uma aproximação com o caso investigado, além de se aprofundar no entendimento sobre fenômenos sociais, culturais e comunicacionais.

Esse tipo de abordagem é adequado quando se busca analisar fenômenos ligados à memória, ao trauma e ao testemunho, que exigem um olhar para a sensibilidade diante das narrativas. Nesse sentido, Maria Cecília de Souza Minayo (2001, p. 21) afirma que a “pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, o que corresponde à proposta dessa análise.

Além de qualitativa, trata-se também de uma pesquisa documental, uma vez que utiliza como objeto principal o livro *Todo dia a mesma noite* (2018), da jornalista Daniela Arbex. A obra escolhida não apenas narra um acontecimento marcante e real (o incêndio da Boate Kiss), mas também apresenta como o jornalismo reconstrói fatos do passado e dá voz aos testemunhos. Com a escolha, busca-se entender como uma obra jornalística pode abrir espaço para interpretar traumas coletivos e contribuir para a preservação da memória.

A utilização desse tipo de documento permite que compreendamos certos acontecimentos por meio de registros escritos que apresentam diferentes perspectivas. De acordo com André Cellard (2008, p. 295), “o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador”, já que possibilita tanto a reconstrução de fatos passados quanto a interpretação atribuída a eles. Sendo assim, abordamos a obra de Daniela Arbex neste trabalho como um documento jornalístico que organiza memórias individuais e coletivas sobre o incêndio da Boate Kiss, o qual vitimou 242 pessoas e deixou marcas nos sobreviventes e nos familiares.

Por fim, o estudo também se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, por se basear em livros e artigos para construir os conceitos necessários para o embasamento teórico. Essa etapa de referência é essencial para situar o trabalho dentro do campo acadêmico e fazer uma ligação com autores que já refletiram e trabalharam os temas apresentados.

A metodologia adotada neste trabalho baseia-se na análise narrativa, por permitir compreender como a obra *Todo dia a mesma noite* constrói os relatos e contribui para a preservação da memória coletiva. Essa abordagem possibilita observar de que forma o trauma é transformado em narrativa e como a autora organiza os acontecimentos, as vozes e as lembranças para dar sentido ao ocorrido.

#### **4.1 REFERENCIAL METODOLÓGICO**

A análise narrativa, conforme elaborada por Paul Ricoeur (2007), foi escolhida para este trabalho por ajudar a compreender como o tempo e a experiência humana se comportam na narrativa. Essa abordagem permite interpretar a forma como os acontecimentos são reconstruídos, destacando o modo como a narrativa organiza os fatos vivenciados. Assim, sua aplicação possibilita observar como Daniela Arbex transforma experiências traumáticas em uma narrativa de memória e testemunho.

De acordo com Ricoeur (2007, p. 103), “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa”. Nessa perspectiva, o estudo do texto permite compreender como o passado é representado na escrita e como a memória se materializa por meio dos relatos. Portanto, a análise narrativa considera não apenas o conteúdo do que é narrado, mas a forma como o narrador estrutura as sequências do ocorrido, os pontos de vista e os discursos que dão vida à experiência.

A adoção desse método está ligada aos objetivos deste trabalho, uma vez que a obra analisada não se limita ao relato factual, mas constrói significados a partir de lembranças e testemunhos. A análise narrativa permite compreender como a autora organiza as vozes, emoções e acontecimentos, construindo uma narrativa que aproxima o leitor das vítimas e familiares. Esse tipo de abordagem também contribui para identificar os meios pelos quais o jornalismo de memória atua como mediador entre o trauma individual e a memória coletiva.

Ao utilizar a análise narrativa, este trabalho busca interpretar como a autora organiza a experiência traumática, observando aspectos como a construção das personagens, a representação do tempo e a relação entre o narrador e as vozes que testemunham. Dessa forma, a metodologia adotada combina sensibilidade e rigor, reconhecendo que a narrativa é o espaço em que a memória se torna comunicável.

## 4.2 OBJETO DE ESTUDO

A obra utilizada como objeto de estudo deste trabalho (*Todo dia a mesma noite: a história não contada da boate Kiss*, de Daniela Arbex, publicada em 2018 pela editora Intrínseca) reconstrói, utilizando linguagem jornalística e literária, os acontecimentos da noite de 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. O episódio, considerado uma das maiores tragédias do Brasil, vitimou 242 pessoas e deixou centenas de feridos, sendo lembrado até hoje pela dimensão social, política e humana.

Com 248 páginas divididas em 16 capítulos, o livro organiza a narrativa com diferentes pontos de vista, reunindo relatos de sobreviventes, familiares, profissionais da saúde, bombeiros e autoridades envolvidas. Cada capítulo mostra fragmentos do acontecido, guiando o leitor pela noite da tragédia, os resgates das vítimas, a identificação dos corpos, as recuperações dos sobreviventes e todos os movimentos pós-incêndio, incluindo os julgamentos e as manifestações de pais e familiares. Ao final da obra, a autora incluiu fotografias das pessoas que relataram suas histórias no livro, elementos que deixam em evidência a memória presente na obra.

*Todo dia a mesma noite* traz um prefácio escrito por Marcelo Canellas, intitulado “Um inventário de afetos”. No texto, o jornalista destaca o talento de Daniela Arbex em recuperar, por meio da escuta e da narrativa, “o alívio que nos conforta diante do trágico”, a humanidade em meio à catástrofe. Canellas faz uma breve comparação entre o livro e a *Ilíada*, de Homero, quando trata da representação dos pais que não verão mais os filhos e dos filhos que não verão mais os pais. Ele ainda destaca que a autora transforma o sofrimento em memória compartilhada, cuja análise ajuda a compreender por que a história se mantém presente, mesmo após tantos anos.

A tragédia foi especialmente marcante para o Rio Grande do Sul, mas ganhou repercussão nacional, sensibilizando todo o país. Mesmo após doze anos, os desdobramentos do ocorrido seguem em pauta, seja no meio judicial, seja na preservação da memória das vítimas. Esses fatos demonstram como se trata de um acontecimento que ultrapassa o imediatismo da notícia e se mantém vivo na memória coletiva. Como lembra Maurice Halbwachs (2006, p. 70), “cada grupo tem a sua memória, que corresponde ao seu ponto de vista sobre o passado”, e a tragédia da

Boate Kiss tornou-se parte da memória de diferentes grupos, como os familiares das vítimas, os sobreviventes, a sociedade gaúcha como um todo e, em maior alcance, a sociedade brasileira.

Nesse sentido, o livro torna-se um documento essencial para analisar como o jornalismo de memória atua diante de tragédias coletivas. A narrativa é construída a partir de inúmeros testemunhos que, ao serem escutados e escritos pela autora, ajudam a recriar lembranças. Portanto, o texto não apenas informa, mas cumpre um papel social ao preservar as vozes dos que vivenciaram de forma direta a tragédia, servindo como um espaço de resistência contra o esquecimento. Daniela Arbex, em entrevista à revista *Marie Claire*, em 2023, ressaltou que “[...] construir a memória coletiva do Brasil é altamente necessário. Se esquecermos, tudo se repete. E esquecer é negar a história.”

Assim, *Todo dia a mesma noite* é um objeto de estudo adequado por envolver memória coletiva, narrativa de trauma e testemunho. A análise do livro permite entender de que forma o jornalismo pode mediar relatos pessoais e transformar a dor individual em algo compartilhado. Ao manter vivo o debate sobre as causas e as consequências da tragédia, a obra contribui para uma reflexão social e para a construção da verdade.

### **4.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE**

A análise desenvolvida neste trabalho parte da leitura integral da obra *Todo dia a mesma noite*, com especial atenção aos trechos que apresentam elementos da memória coletiva, testemunho, narrativa do trauma e reconstrução simbólica do acontecimento. A partir dessa leitura, são identificadas as passagens em que Daniela Arbex utiliza recursos narrativos para reconstruir os eventos de forma a transformar relatos individuais em interpretações mais amplas sobre a tragédia da boate Kiss.

Em seguida, o material selecionado está organizado em categorias de análise construídas com base no referencial teórico do trabalho: jornalismo de memória, testemunho, memória individual e coletiva, lugares de memória e narrativa do trauma. Essas categorias funcionam como ferramentas conceituais que permitem compreender de que modo Arbex articula passado, sofrimento e lembrança no processo de narrar a tragédia. Esse processo de organização analítica possibilita

observar não apenas o que é narrado, mas como essas experiências são estruturadas, compartilhadas e ressignificadas dentro da narrativa.

O procedimento analítico utiliza a análise narrativa como principal método de interpretação. Baseada na abordagem proposta por Paul Ricoeur (2007), essa técnica permite examinar como as histórias presentes em *Todo dia a mesma noite* são organizadas e de que modo a experiência traumática é transformada em narrativa. A análise possibilita observar a articulação entre tempo, memória e linguagem, permitindo compreender como o testemunho é apresentado dentro do texto.

A partir desse método, os relatos serão examinados considerando a forma como Arbex combina diferentes vozes, seleciona determinados episódios e organiza a sucessão dos acontecimentos. Esse enfoque possibilita compreender não apenas o conteúdo das lembranças, mas o modo como elas são estruturadas na narrativa, revelando estratégias de construção de sentido que aproximam o texto do campo do jornalismo de memória.

Além disso, a análise narrativa permite identificar como o livro transforma experiências individuais em uma memória compartilhada. Por meio da reconstrução de cenas, da alternância entre relatos e contextualizações e do uso de descrições sensoriais e emocionais, Arbex cria uma narrativa pautada pela escuta e pela reconstituição do trauma. A interpretação busca compreender como cada testemunho contribui para o processo de elaboração simbólica da tragédia da Boate Kiss.

## 5. A TRAGÉDIA DA BOATE KISS

Antes de analisar a obra *Todo dia a mesma noite*, é necessário compreender o contexto em que a tragédia da boate Kiss ocorreu e como ela foi narrada desde os primeiros momentos. A forma como um acontecimento é contado no espaço público, especialmente em casos de catástrofes coletivas, influencia diretamente o modo como ele será lembrado. Por isso, este capítulo busca retomar o incêndio em sua dimensão histórica, social e midiática, observando como o episódio foi inicialmente enquadrado pela imprensa e como, a partir dele, se configuraram processos de memória, mobilização e luta por justiça.

Ao relembrar o incêndio e suas repercussões, percebe-se três pontos centrais: o contexto do acontecimento, a repercussão jornalística e o modo como familiares e sobreviventes transformaram o luto em ação coletiva. A cobertura da tragédia pela imprensa, tanto nacional quanto internacional, contribuiu para que a Kiss deixasse de ser apenas um fato local e se tornasse um marco na memória pública brasileira. Ao mesmo tempo, a atuação dos veículos de comunicação expôs disputas de sentido em torno da responsabilidade, da dor e da preservação da lembrança das vítimas.

Também é importante observar como o jornalismo, nos primeiros dias, assumiu a responsabilidade de traduzir a comoção coletiva e apresentar explicações provisórias diante do caos. As manchetes, fotografias e depoimentos publicados naquele momento deram início a uma narrativa sobre o ocorrido, a qual seria posteriormente revisitada e aprofundada por familiares, sobreviventes, autoridades e pela própria Daniela Arbex, autora de *Todo dia a mesma noite*. A forma como as notícias foram construídas nos primeiros dias ajuda a entender por que a tragédia se consolidou como referência permanente de debate público sobre segurança, negligência e políticas de prevenção.

Além disso, o capítulo busca destacar como a experiência do trauma ultrapassa o acontecimento imediato e se prolonga no tempo, sendo revisitada por julgamentos, homenagens, protestos e disputas. A tragédia da boate Kiss não se encerrou no incêndio ou nos primeiros meses de cobertura jornalística, ela seguiu sendo atualizada no espaço público pelas ações dos familiares e pelos sucessivos desdobramentos jurídicos. Essa permanência evidencia que, mais do que um episódio trágico, o caso

tornou-se uma ferida coletiva, continuamente rememorada como símbolo da necessidade de justiça e responsabilidade social.

Compreender o modo como a tragédia foi inicialmente narrada e debatida é fundamental para reconhecer a grandeza memorialística da obra de Daniela Arbex e seu papel na consolidação de uma narrativa coletiva sobre a Kiss.

## **5.1 CONTEXTO DO ACONTECIMENTO**

O incêndio da boate Kiss ocorreu em 27 de janeiro de 2013, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Conhecido como polo universitário da Região Central do Estado, o município abriga uma significativa população jovem, formada por estudantes de diferentes locais do país, o que influencia na vida noturna da cidade. Nesse cenário, a boate Kiss era um dos principais pontos de encontro.

Na noite do ocorrido, cerca de mil pessoas estavam presentes em uma festa universitária que acontecia na casa noturna. O ambiente apresentava problemas estruturais graves, como número insuficiente de saídas de emergência, inadequações no sistema de segurança e uso de materiais inflamáveis na estrutura do prédio. Esses fatores contribuíram para que a tragédia tomasse grandes proporções.

O incêndio iniciou quando um artefato pirotécnico foi aceso durante a apresentação da banda Gurizada Fandangueira e atingiu a espuma que revestia o teto da boate. O material altamente inflamável resultou em uma rápida propagação do fogo e da fumaça tóxica, deixando 242 pessoas mortas e 636 feridas.

O impacto em Santa Maria foi imediato. Hospitais locais ficaram sobrecarregados com a chegada das vítimas, cidades vizinhas foram acionadas para auxiliar nos atendimentos e profissionais da saúde enfrentaram dificuldades para lidar com a dimensão do ocorrido, uma vez que a cidade não estava equipada para atendimentos dessa proporção.

Ao mesmo tempo em que o processo de luta acontecia, surgiram as primeiras discussões sobre a responsabilidade pelo ocorrido. As investigações posteriores identificaram falhas graves de fiscalização, irregularidades estruturais e negligências atribuídas tanto à gerência do estabelecimento quanto aos órgãos de administração pública, reforçando que o desastre poderia ter sido evitado. O caso, desde o início,

mobilizou debates públicos sobre a segurança em espaços de lazer, a atuação do poder público e a responsabilização dos envolvidos.

## 5.2 REPERCUSSÃO MIDIÁTICA E A COBERTURA JORNALÍSTICA

O caso da boate Kiss resultou em uma intensa cobertura midiática, tanto no Brasil quanto no exterior. A imprensa teve um papel central na forma como a tragédia foi compreendida e lembrada, atuando não apenas como veículo de informação, mas também como mediadora das narrativas que construíram a memória coletiva do ocorrido. Desde os primeiros momentos, as manchetes destacavam a dimensão do desastre, o luto coletivo e as questões envolvendo responsabilidade pública e privada.

Veículos nacionais e internacionais noticiaram amplamente o “caso Kiss”, reconhecendo seu caráter histórico e a comoção que gerou. A imprensa atuou tanto na transmissão de informações urgentes quanto na produção de sentidos sobre a tragédia. Assim, compreender a forma como a mídia abordou o incêndio, desde as primeiras manchetes até a consolidação de uma narrativa coletiva, nos permite identificar os modos pelos quais a cobertura jornalística contribuiu para transformar um acontecimento traumático em um marco na memória social brasileira.

A repercussão da tragédia na imprensa começou de forma intensa e imediata. No Rio Grande do Sul, a cobertura foi marcada por forte carga emocional desde as primeiras horas. A edição do *Zero Hora*, principal jornal do Estado, de 28 de janeiro de 2013, um dia após o incêndio, trouxe na capa a manchete “A dor que jamais terminará”. A imagem de uma mulher abraçada ao caixão ilustra o luto coletivo e leva o acontecimento para além do contexto local, transformando-o em um símbolo do trauma vivido pelo estado e pelo país. A escolha dessa abordagem demonstra como a imprensa, em momentos de crise, atua também como espaço de expressão do sofrimento coletivo.

Nos primeiros dias, o jornal priorizou narrativas humanas, como depoimentos de familiares e registros do impacto emocional em Santa Maria. Esse enfoque inicial reforçou a dimensão da tragédia e ajudou a fixar as primeiras imagens públicas do acontecimento. Ao destacar o sofrimento, o veículo não apenas informou, mas

também construiu uma memória compartilhada, permitindo que leitores de diferentes regiões se conectassem emocionalmente com o caso.

Com o passar dos dias, a cobertura assumiu novos contornos. A manchete de 31 de janeiro, “Testemunhas voltam ao local da tragédia”, marca a transição da fase de luto coletivo para a fase de busca por respostas e responsabilizações. A narrativa jornalística começa a se estruturar em torno de informações técnicas, depoimentos, perícias e decisões das autoridades. Essa linha é natural de coberturas de desastres já que, após o impacto inicial, a imprensa desempenha um papel ativo na investigação, acompanhando o andamento das apurações e mantendo o caso em evidência.

Nos três meses seguintes ao incêndio, o caso esteve presente em 28 capas de *Zero Hora*, sendo 12 em fevereiro, 10 em março e 2 em abril. Essa presença constante reforça a importância dada ao acontecimento e mostra que ele foi além de um fato isolado. Tornou-se um evento importante na memória coletiva gaúcha, sendo lembrado e atualizado pela mídia ao longo das semanas.

Exatamente um mês após o incêndio, a edição de 27 de fevereiro de 2013 trouxe como manchete “Minuto pelas vítimas”, acompanhando as homenagens e manifestações públicas. Nesse momento, o jornal voltou a enfatizar o caráter memorialístico do caso, ressaltando as ações coletivas que ajudavam a manter viva a memória das vítimas. Essa escolha editorial mostra como a cobertura jornalística alternou entre o emocional e o investigativo, articulando luto, memória e responsabilização.

Por fim, a estratégia narrativa adotada pelo jornal revela uma cobertura que não se limitou a relatar fatos, mas contribuiu ativamente para moldar o modo como o ocorrido foi lembrado. Ao alternar entre manchetes de comoção e de apuração, *Zero Hora* construiu um discurso jornalístico que acompanhou do impacto inicial à busca por justiça. Essa dinâmica explica por que, mesmo mais de uma década depois, a tragédia da boate Kiss permanece como um dos episódios mais marcantes da história contemporânea do Rio Grande do Sul.

A repercussão do caso também ganhou força no cenário nacional, com cobertura intensa por parte de veículos de comunicação de diferentes regiões do país. Um exemplo é a *Gazeta do Povo*, jornal paranaense que publicou diversas manchetes sobre o incêndio na boate Kiss, mostrando como o acontecimento ultrapassou os limites do Rio Grande do Sul. A dimensão da cobertura revela o impacto social da

tragédia, que se tornou um tema de interesse público nacional desde as primeiras horas do dia 27 de janeiro de 2013.

Já no início da manhã do dia do incêndio, as primeiras manchetes mostraram a gravidade do episódio, com destaque para o número de vítimas e a comoção em Santa Maria. Poucas horas depois, novas informações começaram a surgir, apontando para problemas estruturais e falhas de fiscalização no local. Essa rapidez na atualização das informações mostra como o caso foi acompanhado em tempo real por veículos de imprensa de fora do Estado, refletindo a relevância que o episódio assumiu na agenda jornalística nacional.

Nos dias seguintes, a cobertura ganhou novos desdobramentos. Manchetes passaram a destacar as homenagens que se espalharam pela cidade, reforçando a dimensão humana da tragédia. Além de números e dados, os veículos começaram a dar espaço para a dor dos familiares e a comoção social, com títulos que enfatizavam as vigílias, velórios e manifestações públicas.

Um mês depois, as manchetes da *Gazeta do Povo* já mostravam uma nova etapa da cobertura. As notícias passaram a abordar as consequências práticas do incêndio, como o atendimento médico aos sobreviventes e a divulgação dos primeiros laudos oficiais, que apontaram a causa das mortes. Essa mudança de direção mostra a evolução da abordagem jornalística, que deixou de focar apenas no acontecimento em si, mas também passou a dar atenção aos efeitos sociais, políticos e legais.

Mesmo um ano após o incêndio, o caso continuou a ocupar espaço na mídia nacional. As manchetes destacaram atos simbólicos em homenagem às vítimas e medidas adotadas em outras cidades para evitar tragédias semelhantes, como o fechamento de 146 casas noturnas irregulares apenas em Curitiba (PR). Essa permanência do tema mostra que a tragédia da boate Kiss tornou-se um marco na discussão pública sobre segurança, fiscalização e responsabilidade coletiva.

A cobertura da tragédia pelo *Estadão* também comprova como o caso rapidamente alcançou destaque nacional e se manteve em foco por um longo período. Já na manhã do incêndio, o jornal publicou manchetes que ressaltavam a gravidade da situação e a reação imediata do poder público, como “Fogo em boate deixa dezenas de mortos no Rio Grande do Sul” e “Prefeitura de Santa Maria decreta luto de 30 dias”. Essas primeiras publicações mostram que o episódio foi rapidamente

incluído nas pautas de jornais de grande circulação no país, reforçando a dimensão pública e coletiva do ocorrido.

Nos dias seguintes, a cobertura do jornal se direcionou para as medidas emergenciais e para as primeiras ações do poder público para lidar com os efeitos da tragédia. Manchetes como “Prefeito proíbe festas em todas as boates por 30 dias” e “No país, pelo menos 59 casas estão fechadas” revelaram como o incêndio provocou repercussões que ultrapassaram Santa Maria e o Rio Grande do Sul, mobilizando outras cidades e estados a adotarem medidas preventivas. A imprensa nacional acompanhou de perto não apenas os desdobramentos locais, mas também os reflexos da tragédia, entendendo como mudanças práticas de fiscalização e segurança são essenciais.

Um mês depois, o foco jornalístico já havia mudado para os desdobramentos judiciais e políticos do ocorrido. Manchetes como “MP vai acusar 4 por homicídio qualificado” e “Minuto de silêncio foi substituído por barulho no RS” mostram como a cobertura passou a abordar tanto as responsabilizações legais quanto as manifestações públicas de familiares, amigos e da sociedade. Essa ampliação da abordagem mostra que o incêndio na Boate Kiss tornou-se um tema de debate nacional sobre justiça e memória.

Mesmo um ano depois, o caso seguiu presente na agenda da imprensa nacional, como mostra a manchete “Santa Maria lembra 1 ano de tragédia com protesto”. O destaque contínuo dado pelo *Estadão* nos faz refletir sobre a força simbólica do acontecimento. A tragédia, mais do que um episódio isolado, consolidou-se como pauta fixa em debates e ações em diferentes áreas da sociedade brasileira.

A repercussão internacional do caso da Kiss confirmou a dimensão mundial do acontecimento, que rapidamente ultrapassou as fronteiras brasileiras. Em poucas horas, veículos de comunicação de diferentes países noticiaram o incêndio em Santa Maria como uma das maiores tragédias urbanas da história recente da América Latina. A *BBC News* publicou, ainda no dia 27 de janeiro, a manchete “*Brazil nightclub fire in Santa Maria kills 233*”, destacando o impacto da tragédia e descrevendo o cenário de desespero e luto coletivo. O *The New York Times* também trouxe uma cobertura sensível, com o título “*A brief but frantic struggle for victims of fire in Brazil*”, enfatizando a tentativa desesperada de salvar as vítimas e as falhas estruturais que causaram o desastre.

Os veículos internacionais adotaram um tom que destacou a dor das famílias e a comoção nacional que tomou conta do Brasil. A repercussão reforçou o simbolismo do ocorrido, transformando a boate Kiss em um marco de memória e reflexão sobre a segurança em ambientes de entretenimento fechados. A dimensão da cobertura mostra como o jornalismo, ao unir imagens e relatos de sofrimento, cria sentimentos de empatia que constroem uma consciência coletiva diante do trauma.

Na imprensa europeia, a abordagem seguiu a mesma linha de impacto humano e crítica institucional. O jornal espanhol *El País* publicou a manchete “Brasil vive una de sus peores tragedias”, destacando que o país enfrentava um de seus momentos mais dolorosos e associando o episódio à precariedade na segurança e na fiscalização. Já o *The Guardian*, no Reino Unido, chamou atenção para o fato de que a maioria das vítimas era composta por jovens universitários, o que acentuava o sentimento de perda de uma geração inteira. Esse tipo de abordagem deu ao fato um tom de luto internacional, com ênfase na responsabilidade das autoridades.

Entre os países latino-americanos, a Argentina foi quem mais se identificou com o ocorrido, em razão da semelhança entre o incêndio na Kiss e o da boate *República Cromañón*, ocorrida em Buenos Aires, em 30 de dezembro de 2004, que deixou 194 mortos. A imprensa argentina fez uma associação imediata entre os dois episódios. O jornal *La Nación* estampou a manchete “*El Cromañón de Brasil: 233 muertos*”, criando um paralelo entre os dois casos. Já o *Clarín* destacou o impacto emocional que a notícia causou na população argentina, recordando a dor vivida há quase uma década. Essa comparação revelou como a memória coletiva argentina ainda estava marcada por feridas abertas, o que intensificou a empatia da cobertura.

A referência ao incêndio de Cromañón foi mais do que simbólica, pois funcionou como uma reinterpretação entre o ocorrido em Santa Maria. Assim como no Brasil, as falhas estruturais, o descumprimento de normas de segurança e a superlotação dos espaços foram apontados como causas centrais. No entanto, a mídia argentina também enfatizou a impunidade mostrando que, mesmo após anos de processos judiciais, os familiares das vítimas de Cromañón ainda buscavam por justiça. Essa comparação trouxe à tona a ideia de que tragédias como essas não são apenas acidentes isolados, mas reflexos de problemas nas instituições latino-americanas.

Enquanto a cobertura nacional se concentrou nos desdobramentos legais e nas investigações, a imprensa internacional manteve o foco no simbolismo e na

solidariedade. As vigílias e homenagens realizadas em Santa Maria, transmitidas por redes de televisão e repercutidas em portais de outros países, tornaram-se imagens representativas de um país em luto. Ao enfatizar o sofrimento, os jornais internacionais contribuíram para consolidar a tragédia como um marco na memória global, onde o luto da comunidade repercutiu em diferentes lugares.

Essa perspectiva internacional reforçou o papel do jornalismo como mediador entre o relato do acontecimento e a constituição da memória. A circulação de imagens, manchetes e relatos nas mídias estrangeiras ampliou o alcance da fatalidade e ajudou a transformar a boate Kiss em uma reflexão coletiva. A abordagem de veículos como a *BBC*, *El País* e *The New York Times* também evidenciou uma preocupação em tratar o tema com respeito e sensibilidade, priorizando o lado humano e a necessidade de prevenção, em vez de explorar o sensacionalismo.

Ao tratar a Kiss como um acontecimento que ultrapassa fronteiras, o jornalismo reafirmou a importância da memória coletiva como forma de aprendizado e de resistência ao esquecimento. Assim, as manchetes publicadas fora do país contribuíram para consolidar o incêndio como um símbolo internacional de luto e de busca por justiça.

### **5.3 MEMÓRIA, LUTA E BUSCA POR JUSTIÇA**

O incêndio da boate Kiss não se trata de um acontecimento imediato, uma vez que permanece como uma ferida aberta na história recente do Brasil. Mais do que um episódio isolado, o caso tornou-se um marco de mobilização social e emocional. Desde então, familiares das vítimas e sobreviventes buscam garantir que a memória do ocorrido seja preservada e que os responsáveis sejam devidamente responsabilizados. A repercussão do caso fez com que ele se consolidasse como um símbolo coletivo de dor e resistência ao esquecimento.

No campo jurídico, o caso passou por um longo período até chegar ao primeiro julgamento, realizado em dezembro de 2021, quase nove anos após a tragédia. No júri, quatro réus foram condenados pelo incêndio: dois sócios da boate e dois integrantes da banda que utilizou o artefato pirotécnico durante a apresentação, o que causou as chamas.

Entretanto, em agosto do ano seguinte, as condenações foram anuladas com a justificativa de irregularidades durante o julgamento. A anulação foi recebida com grande frustração pelos familiares e sobreviventes, que passaram a afirmar que a tragédia seguia sem uma resposta real da Justiça. Depois disso, o processo voltou a ser analisado e os réus foram soltos.

Após a anulação, o processo retornou ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e passou a percorrer diferentes instâncias por meio de recursos apresentados pelas defesas e pelo Ministério Público. As discussões passaram a envolver detalhes processuais, como a condução do júri e a forma de seleção dos jurados, o que novamente adiou o julgamento.

Nos anos seguintes, o caso passou a ser analisado também pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os processos prolongados contribuíram para que o tema permanecesse em debate público, mas sem que houvesse uma responsabilização definitiva. A tramitação ainda recebeu sucessivos recursos que prolongaram uma decisão final.

Em decisões posteriores, particularmente em agosto de 2025, as penas foram reduzidas. Mesmo após 13 anos, o julgamento ainda não chegou a uma decisão definitiva, confirmando a sensação coletiva de que a justiça pode ser lenta e incerta em casos como esse. Por isso, muitos ainda sentem que a punição não acompanhou a gravidade da tragédia. Essa instabilidade acabou se tornando parte da memória pública sobre a boate Kiss.

A mobilização das famílias surgiu desde os primeiros momentos após a tragédia, resultando na criação de associações que passaram a atuar tanto na defesa da memória das vítimas quanto na cobrança por responsabilização. Esse movimento coletivo assumiu um papel essencial para manter o tema no espaço público.

Além de acompanhar os desdobramentos legais, a Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) passou a desenvolver ações, como homenagens, vigílias e atos públicos realizados anualmente em 27 de janeiro. Essas iniciativas têm o objetivo de impedir que a tragédia seja reduzida ao passado, reforçando a presença no debate social. Ao promover espaços de lembrança, os familiares atuam como agentes de preservação da memória coletiva.

O lema associado ao movimento, “para que não se repita”, resume a função da associação: lembrar e prevenir. Mais do que uma expressão simbólica, ele representa

os familiares, que passaram a reivindicar mudanças em normas de segurança, fiscalização e funcionamento de espaços de lazer<sup>2</sup>. Desse modo, a memória se transforma também em meio de prevenção, vinculando o passado à necessidade de transformação.

A continuidade dessa mobilização, mesmo após anos, demonstra que a memória das vítimas da boate Kiss não está vinculada apenas ao momento do incêndio, mas se prolonga até hoje. O engajamento das famílias contribuiu para que o tema permanecesse presente no espaço público mesmo quando a cobertura midiática diminuiu, mostrando que a lembrança não depende apenas da imprensa, mas também da atuação de grupos diretamente afetados pelo acontecimento.

Além das mobilizações públicas realizadas anualmente, também existem iniciativas permanentes de preservação da memória em Santa Maria. Ao longo dos anos, o endereço onde funcionava a boate deixou de ser apenas um local marcado pela tragédia e passou a se estabelecer como um espaço simbólico de memória. Mesmo antes da formalização do projeto do memorial, a área tornou-se um ponto de encontro para homenagens espontâneas, orações, velas, cartazes e atos simbólicos realizados por familiares e pela comunidade.

Em 2017, foi anunciada a destinação oficial do espaço para a construção de um memorial, resultado de uma articulação entre familiares, poder público e entidades culturais. O projeto busca transformar o local da tragédia em um espaço voltado para a reflexão e a preservação da lembrança das 242 vítimas.

O memorial também representa a consolidação do direito à lembrança. Ao destinar a área da antiga boate para o memorial, a cidade reconheceu oficialmente o local como marco de memória pública, e não apenas como um espaço físico ligado ao trauma. A iniciativa demonstra que a memória da tragédia está presente como lugar de lembrança permanente.

---

<sup>2</sup> A Lei nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, conhecida como *Lei Kiss*, foi sancionada no estado do Rio Grande do Sul após o incêndio ocorrido na boate Kiss, em Santa Maria. A norma estabelece regras de prevenção e proteção contra incêndios, definindo critérios para o funcionamento de casas noturnas e outros locais de grande concentração de público. Entre as principais medidas, estão a obrigatoriedade de alvará de prevenção atualizado, rotas de fuga sinalizadas, presença de brigadistas capacitados, extintores acessíveis e fiscalização periódica pelos órgãos competentes.

As homenagens anuais realizadas na cidade reforçam essa união coletiva. Caminhadas silenciosas, atos conduzidos por familiares e intervenções artísticas fazem parte do calendário memorial da cidade. Essas ações se tratam apenas de simbolismo, mas cumprem o papel de reafirmar a existência da memória pública e evitar que o ocorrido se torne apenas mais uma fatalidade. Ao mobilizar a sociedade em torno da lembrança, as homenagens também atuam como forma de enfrentar o esquecimento e reafirmar a importância da responsabilidade institucional.

Embora já consolidado juridicamente como espaço destinado ao memorial, o projeto ainda está em fase de implantação. A demora na sua execução pode ser vista como uma evidência de que a memória coletiva não se constrói de forma imediata, mas exige esforços continuados de reivindicação, negociação e reconhecimento.

Assim como o julgamento não foi concluído e as decisões sobre responsabilização seguem em aberto, a construção material da memória, por meio do memorial, também permanece em andamento. A tragédia da boate Kiss, portanto, não está encerrada, ela segue sendo atualizada, reinterpretada e reivindicada. Nesse sentido, é possível ligar esse processo ao que Pierre Nora (1993) denomina lugares de memória, espaços físicos ou simbólicos onde a memória coletiva pode ser vista quando a memória viva como a se dissipar. Como explica o autor (1993, p. 9), “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. No caso da Kiss, porém, esse lugar de memória ainda não está consolidado.

O memorial, ainda em elaboração, expressa o contraste entre o desejo de manter a lembrança e os novos desdobramentos que ainda envolvem o ocorrido. É nesse ponto que o espaço físico, a atuação social dos familiares e a memória coletiva se encontram, fazendo com que a lembrança permaneça viva no presente e seja levada para o futuro.

Para Nora, os lugares de memória surgem quando a sociedade percebe que a experiência vivida começa a se perder, exigindo formas de preservar o passado. Como ele observa (1993, p. 7), “os lugares de memória existem porque não há mais meios de memória”, ou seja, eles aparecem quando a lembrança guardada deixa de ser suficiente para sustentar o vínculo com o passado. No caso da Kiss, essa necessidade manifesta-se não apenas na proposta de construção de um memorial físico, mas também nas vigílias, caminhadas e atos públicos que buscam impedir o esquecimento. Esses gestos funcionam como apoios simbólicos que antecedem e

sustentam o próprio memorial, atuando como formas de manter a lembrança em meio à ausência de soluções definitivas.

Assim, mesmo sem um lugar de fato consolidado, o incêndio da Kiss já produz seus “suportes de lembrança”, nos termos usados por Nora, mostrando que a memória coletiva se forma tanto na busca por um espaço físico quanto nas ações cotidianas que reafirmam o compromisso de lembrar.

## 6. ANÁLISE DA OBRA *TODO DIA A MESMA NOITE*

A análise da obra *Todo dia a mesma noite*, de Daniela Arbex, revela como o jornalismo pode assumir uma função que ultrapassa o registro factual e se aproxima de uma elaboração sensível da experiência coletiva. Ao narrar a tragédia da Boate Kiss a partir dos testemunhos de sobreviventes, familiares, profissionais de saúde e integrantes das equipes de resgate, a autora constrói uma escrita que privilegia aquilo que permanece na memória dos que enfrentaram o ocorrido e que dificilmente poderia ser captado pela cobertura jornalística do acontecimento imediato.

A narrativa produzida por Arbex se organiza como um espaço de escuta. Em vez de priorizar explicações técnicas, ela aborda o impacto emocional, o desamparo, a resistência e as tentativas de reconstrução após o trauma. Dessa forma, o livro mostra que o testemunho não é apenas fonte, mas uma forma de expressão que permite transformar dor em narrativa, assegurando que as experiências sejam reconhecidas e compreendidas. Esse gesto dialoga com reflexões sobre o papel ético de quem testemunha e de quem escuta.

Ao reunir as lembranças Arbex contribui para a constituição de uma memória pública da tragédia. O livro evidencia como lembranças individuais se articulam com referências compartilhadas pelo grupo, formando um repertório de memórias que não pertence mais apenas às pessoas diretamente envolvidas, mas à sociedade. Trata-se de um processo no qual o jornalismo assume papel central: registrar, preservar e impedir que o ocorrido seja silenciado pelo tempo ou pela falta de respostas.

Além de recuperar vozes que poderiam ter permanecido esquecidas, a obra demonstra como certos espaços da cidade ganharam novos significados e se tornaram marcos simbólicos da memória. Ao descrever esses lugares carregados de ausência e resistência, Arbex reforça que a lembrança não se restringe aos relatos, mas também se insere nos espaços físicos, nos rituais e nos gestos cotidianos de quem permanece.

Ao aproximar a experiência da Kiss de outras catástrofes históricas que marcaram a compreensão contemporânea do trauma, a obra insere a tragédia em um espaço mais amplo de reflexão sobre sofrimento coletivo e responsabilidade histórica. Assim, *Todo dia a mesma noite* evidencia que narrar é um ato de memória e que,

diante de eventos que atingem a comunidade, o registro sensível e testemunhal cumpre a função de manter viva a dor e a busca por sentido.

## 6.1 O TESTEMUNHO E A HUMANIZAÇÃO DA NARRATIVA

A narrativa construída por Daniela Arbex em *Todo dia a mesma noite* fundamenta-se no testemunho como forma de reconstrução da tragédia da boate Kiss. A autora organiza a narrativa de modo a dar espaço à dor e à experiência vivida, e não à simples explicação dos fatos. A obra não esclarece tecnicamente o incêndio, mas cria um espaço de escuta. Essa opção de abordagem narrativa se aproxima do que Seligmann-Silva (2008, p. 102) define como a potência do testemunho diante do trauma: “Ele [o testemunho] se apresenta como condição de sobrevivência [...] narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer”.

Essa escolha narrativa reforça o papel do testemunho no jornalismo de memória, em que o relato é mais do que uma simples fonte. Trata-se de uma tentativa de dizer o indizível e é nessa busca que reside a força do relato. Em *Todo dia a mesma noite*, Daniela Arbex não tenta dar respostas ao ocorrido, mas cria um espaço em que a dor possa ser ouvida e compartilhada. Em um dos relatos apresentados na obra, a autora conta a experiência de uma enfermeira que auxiliou na retirada dos corpos que estavam dentro do caminhão da Brigada Militar para serem levados ao ginásio onde se encontravam as vítimas. Em certo momento, Daniela reconstrói a experiência da profissional (2018, p. 98): “Eram tantas as vítimas, que ela não conseguia mais fixar sua atenção nas características individuais, a não ser o olhar de pânico de um rapaz cuja imagem jamais esqueceria”. A ausência de explicações é substituída pela experiência, contada a partir das vozes de quem viveu o ocorrido.

Na obra, Arbex escolhe narrar como se estivesse presente nos acontecimentos. Utilizando-se de recursos literários, a autora retoma histórias, as buscas por justiça e as marcas que o ocorrido deixou em Santa Maria.

Para reconstruir essa memória, a autora entrevista uma ampla rede de testemunhas que carregam pedaços da história da Kiss, formando uma interpretação compartilhada do trauma coletivo. Entre os sobreviventes, a autora escuta jovens que vivenciaram diretamente o caos da boate e cujos relatos mostram o choque, o

desespero e o limite entre a vida e a morte. Já os familiares, principalmente pais e mães que perderam seus filhos, narram uma perspectiva marcada pelo luto, pela busca por justiça e pelo enfrentamento da ausência diariamente. Daniela Arbex também entrevista bombeiros, médicos, enfermeiros e demais agentes que atuaram nos resgates das vítimas, testemunhas essenciais para compreender a intensidade dos atendimentos naquela madrugada. Além deles, voluntários e profissionais ligados ao julgamento completam a narrativa, mostrando tanto o sofrimento individual quanto as tensões políticas e institucionais que formam a história da Kiss. Ao reunir essas falas, a autora demonstra que narrar o trauma envolve abertura e acolhimento para a fala do outro.

Nessa perspectiva, o testemunho também é um ato de confiança. Paul Ricoeur (2007) explica que “a palavra do testemunho supõe a confiança de quem escuta” e é justamente nessa relação que se baseia *Todo dia a mesma noite*. Daniela Arbex estabelece com seus entrevistados um vínculo que vai além de coletar informações, na medida em que o olhar jornalístico da autora demonstra que a compreensão do trauma vai além dos acontecimentos e está na experiência particular narrada pelas fontes.

Considerando que *Todo dia a mesma noite* é construído a partir da experiência vivida pelos sobreviventes, essa escolha dá à obra um toque humano e afetivo, o que convida o leitor a sentir o impacto da tragédia por meio das lembranças dos que sobreviveram. Cada testemunho carrega detalhes do acontecimento, criando uma narrativa que une dor, perda e resistência. Como no caso de Gustavo Cadore, um dos sobreviventes ouvidos pela jornalista:

O doutorando em Veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Gustavo Cadore, 31 anos, deixou a Kiss em estado de entorpecimento. Em seguida, desmaiou na rua. Ao tentar retomar os sentidos, ele mal conseguia falar. Chorando muito, sentou-se na calçada perto de onde os mortos estavam sendo colocados. [...] Próximo a um poste de luz, conseguiu se enxergar pela primeira vez, percebendo que a pele de seu braço estava presa apenas pelo pulso. (Arbex, 2018, p. 25)

O trabalho de Arbex reconhece o valor emocional e simbólico dos relatos. Ao invés de reinterpretar as falas, Daniela acolhe suas fontes. O testemunho é uma forma de manter viva a memória da tragédia, fazendo com que a narrativa jornalística cumpra também uma função social. A escuta dos envolvidos no incêndio da Kiss

transforma a narrativa em uma forma de preservação, permitindo que as vozes das vítimas e familiares sigam sendo ouvidas.

Dando destaque aos testemunhos, Arbex transforma o livro em um encontro entre o sofrimento e a resistência e mostra que lembrar também é uma forma de lutar contra o esquecimento.

### 6.1.1 O corpo em estado de choque

Dentre as histórias contadas em *Todo dia a mesma noite*, o relato de Gustavo Cadore se destaca pela força da experiência vivida. O testemunho do sobrevivente é um dos primeiros apresentados ao leitor, mostrando não apenas o que aconteceu, mas como aconteceu.

A narrativa acompanha os passos do doutorando em Veterinária em três momentos distintos. No primeiro capítulo, intitulado “É guerra!”, sua história começa a ganhar forma logo após ele conseguir sair da boate, quando a autora narra o trajeto entre a salvação da própria vida e o instante em que Gustavo percebe a gravidade dos ferimentos (trecho citado anteriormente). Ainda nessa parte, o testemunho revela sua relutância em buscar atendimento médico, acompanhada pela confusão mental e pela preocupação com o amigo que o acompanhava na boate. A decisão de pedir ajuda só foi concretizada quando um desconhecido o acompanhou até a ambulância.

Em um dos trechos escritos por Daniela Arbex, esse momento revela a linha tênue entre o estado de choque e a realidade (2018, p. 26): “Gustavo pediu licença, sentou-se no chão da viatura e esperou para ser retirado da região onde, minutos antes, pensou que morreria”. O recorte destaca a confusão do sobrevivente marcado pela fragilidade e pela iminência de morte, elementos preservados na narrativa para que os testemunhos ganhem ainda mais veracidade.

Nas páginas seguintes, a história de Gustavo é retomada, no capítulo 12, nomeado de “Abrindo os olhos”. Já no hospital, Arbex reconstrói o momento em que ele recobra a consciência, em uma narrativa marcada pela completa desorientação, reforçando como o trauma altera os fatos vividos:

Gustavo se lembrou da cena da boate incendiada no dia 27 de janeiro. Fazendo um esforço enorme, conseguiu, finalmente, perguntar em que dias

estavam. [...] Gustavo fez as contas. Se era terça-feira, provavelmente ele tinha sido internado havia dois dias. O que o veterinário não sabia era que estava em 5 de fevereiro de 2013 e que havia passado os últimos nove dias em coma". (Arbex, 2018, p. 178)

No hospital, o primeiro atendimento também ganha espaço, revelando o ambiente caótico em que os centros de saúde se tornaram. Um dos trechos mais angustiantes da obra revela-se nas atitudes tomadas pela urgência nos atendimentos (2018, p. 179): "Deitado em uma maca, o veterinário foi atendido inicialmente por um enfermeiro, que cortou com uma tesoura toda a pele morta de seus braços". O testemunho ainda conta o esforço dos voluntários que improvisaram equipamentos e fizeram parte dos atendimentos, reforçando a coletividade presente naquela madrugada (2018, p. 181): "A unidade intermediária lembrava um acampamento de guerra. [...] Voluntários [...] ajudavam a realizar manobras nos pacientes, na tentativa de deslocar e sugar as secreções aspiradas que tinham aderido aos órgãos e liberar as vias aéreas".

A terceira parte dedicada à história de Gustavo está no capítulo 15, "Quarenta segundos", onde o livro apresenta, pela visão dele, o momento em que o fogo começa (2018, p. 223): "Gustavo Cadore estava na área VIP quase em frente ao palco quando o fogo teve início. Sem noção da gravidade do incêndio, e julgando estar "protegido" pelas barras de contenção [...], ele decidiu esperar um pouco. Em meio ao aumento de calor, o veterinário tentou encontrar o amigo, decidindo aguardar mais alguns instantes. Em seu testemunho, o sobrevivente revela o pensamento de que se saísse em meio à multidão, poderia ser pisoteado. No entanto, rapidamente percebeu que o incêndio fugira do controle e que permanecer dentro da Kiss significaria morrer.

Esse momento narra o início da luta pela sobrevivência. Quando as luzes se apagaram, Gustavo perdeu completamente a noção de onde estava e para onde precisava seguir. No escuro, o clarão produzido pelas chamas servia como o único ponto de orientação. Daniela Arbex descreve os intensos momentos na busca pela sobrevivência:

No meio do caos, foi chutado no peito. A pancada foi tão forte que o jogou próximo a uma das mesas fixas que ficavam junto às barras de contenção de um guarda-corpo. Usou a mesa como suporte para se levantar. Quando finalmente ficou em pé, constatou que a temperatura era elevadíssima. Sem conseguir respirar direito, o veterinário foi perdendo as forças. Toda vez que tentava puxar o ar, tinha a sensação de estar respirando fogo. [...] "Vou morrer neste lugar", pensou, desesperado. Naquele momento extremo, lembrou-se

da família. “Não posso decepcionar meus pais”, dizia a si mesmo a todo instante. ‘Não posso morrer aqui’, repetia. (Arbex, 2018, p. 224-225).

A reconstrução da trajetória de Gustavo Cadore revela como *Todo dia a mesma noite* transforma experiências individuais em testemunhos que possibilitam a compreensão coletiva da tragédia. Ao acompanhar o sobrevivente desde o instante em que percebe o fogo até o momento em que desperta no hospital, a autora expõe não apenas os fatos, mas a experiência do trauma. O testemunho de Gustavo ultrapassa a condição de relato pessoal e se torna um ponto fundamental para entender como a tragédia se manteve na memória daqueles que sobreviveram.

### 6.1.2 O luto que permanece

Entre os relatos apresentados no livro *Todo dia a mesma noite*, é possível acompanhar a trajetória de vários pais em busca de notícias de seus filhos. No capítulo 2, “Sinfonia da Tragédia”, quando essas narrativas começam a surgir, o leitor conhece o casal, de 49 anos, Celita Maria Pazini Bairro e Homero Pinto Bairro, pais de Patrícia e Greicy, de 28 e 18 anos, jovens que perderam a vida na Kiss. A história da família revela como o trauma se espalha para além das vítimas diretas, atingindo aqueles que esperam por respostas e que enfrentam a confirmação do pior.

Daniela Arbex inicia a narrativa reconstruindo os momentos que antecederam o incêndio, característica também presente em outros relatos. A autora recria a história dos pais com riqueza de detalhes, situando o leitor na inquietação que antecede a confirmação das mortes. Ao invés de simplesmente contar que Celita e Homero foram avisados por telefone, Arbex recria a cena, com recursos da narrativa ficcional, fazendo com que a história seja contada de forma que o leitor se sinta presente quando a notícia chega. Dessa forma, a narrativa destaca o modo como eles receberam os primeiros indícios do incêndio (2018, p. 43): “[...] uma tal de Kiss incendiou. Cadê as gurias?”. O recurso de diálogo direto, utilizado na obra, amplia a experiência emocional dos envolvidos.

Arbex também revela aos poucos a sensação de pressentimento que toma conta da mãe (2018, p. 43):

Nesse ponto da conversa Ita já estava completamente desperta. Pensou na última conversa que tivera com a filha de 18 anos, minutos antes de

embarcar na rodoviária de Santa Maria, às 21 horas de sábado, dia 26 de janeiro. Greicy comentara com a mãe que ela, o namorado, Hélio Trentin Júnior, de 19 anos, a irmã Patrícia, 28, e seu marido, Vandercork Marques Lara Júnior, 30, iriam a uma festa universitária em uma boate. As duas estavam animadas com o evento marcado para aquela noite. [...] A lembrança do último diálogo fez Ita sentir um arrepio na espinha. Será que as filhas tinham ido para a boate sobre a qual Oclides falava? “Não, não podia”, pensou. (Arbex, 2018, p. 43-44)

A autora narra ainda como Celita começa a ligar para as filhas e genros repetidas vezes, sem obter resposta. A descrição novamente não é apresentada como uma informação solta, factual, mas como parte de uma sequência de ações que revelam o desespero crescente de pais que buscam respostas sobre a vida de suas filhas (2018, p. 44): “Com as mãos trêmulas, a mãe digitou os nove números do celular da caçula. Ita apertava os dedos na expectativa de ouvir a qualquer instante a voz da filha. O telefone de Greicy, no entanto, chamou sem resposta. [...] A filha mais velha do casal também não atendeu”.

No decorrer das páginas, a narrativa acompanha o casal durante o retorno à Santa Maria. Em *Todo dia a mesma noite*, vemos detalhes que não aparecem em uma cobertura factual da imprensa (2018, p. 45): “Sem pistas sobre o paradeiro das filhas, o casal estava atordoado pelo barulho do silêncio. Na estrada, foram tomados por lembranças do passado e por uma terrível sensação de medo em relação ao futuro”. Os detalhes narrados, como o silêncio e o sentimento de impotência, são elementos que revelam a escolha de contar a experiência e não apenas o fato.

Nesse ponto do testemunho, compreende-se a dimensão do luto antecipado e como a ausência de informações produz um sofrimento tão intenso quanto a confirmação da perda. A autora detalhe o desespero crescente do casal durante uma conversa entre pai e mãe:

- Ita, a minha esperança é que as gurias estejam dormindo em casa com os nossos genros. Mas, se o pior tiver acontecido às nossas filhas, acho que não temos outra saída a não ser nos matar. [...] A dona de casa não teve forças para responder, embora concordasse com o plano de suicídio. Para ela, a mínima possibilidade de viver sem Greicy e Patrícia já era uma sentença de morte. (Arbex, 2018, p. 47)

A chegada ao Centro Desportivo Municipal é outro ponto onde a narrativa demonstra sensibilidade. Ao invés de apenas dizer que os pais reconheceram os

corpos das filhas, Daniela constrói a cena com percepções, como o olhar de Celita que “não aguentou o que viu no Farrezão. Desmaiou, precisando ser levada até uma das ambulâncias estacionadas no pátio para dar suporte às famílias”. As meninas foram encontradas pelo pai no ginásio:

Enquanto ela era atendida, Homero prosseguiu com a busca por Greicy e sua irmã Patrícia. Dentro do ginásio, ele olhou as mais de cem meninas, na esperança de não reconhecer nenhuma. Até que encontrou Patrícia. [...] Não precisou ir longe. O motorista autônomo encontrou Greicy quase ao lado de Patrícia. Em estado de choque, não conseguiu esboçar reação. Mecanicamente, saiu em busca dos dois genros, constatando que também haviam falecido. (Arbex, 2018, p. 118)

Outro aspecto importante na narrativa de *Todo dia a mesma noite* é a forma como Daniela Arbex revela os trâmites após o reconhecimento dos corpos, tema pouco explorado pela cobertura jornalística à época. A autora narra para além da confirmação das mortes e apresenta os desafios enfrentados pelos moradores de Santa Maria nas horas seguintes ao incêndio. No capítulo 10, intitulado “Com choro e sem vela”, Arbex destaca os procedimentos burocráticos e logísticos que obrigaram os familiares a colocar momentaneamente o sofrimento de lado para lidar com exigências práticas.

Homero é um dos exemplos mais marcantes desse contexto. Como revela o testemunho, ele “só conseguiu comprar um caixão, embora precisasse de dois”, e “esperou mais de quatro horas pela chegada de novos caixões na cidade”; e já “passava das nove da noite de domingo quando ele tirou as meninas do ginásio” (Arbex, 2018, p. 151). Esses trechos evidenciam não apenas a grandeza do luto, mas a sobrecarga emocional somada a uma estrutura que não estava preparada para lidar com a magnitude do desastre.

Ao narrar o sofrimento dessa família, Arbex enfatiza também a ligação entre luto e resistência. Celita e Homero tornam-se parte do movimento dos familiares que lutam contra o esquecimento. A autora mostra que a dor não termina no momento da perda, mas se transforma em memória e presença pública. Assim, o relato ultrapassa a experiência individual e ganha sentido coletivo, juntando-se ao que a obra preserva como memória da tragédia.

### 6.1.3 A sinfonia do indizível

Entre os relatos apresentados em *Todo dia a mesma noite*, Daniela Arbex dedica atenção especial aos profissionais que atuaram diretamente na madrugada do incêndio: bombeiros, brigadianos, enfermeiros e voluntários que testemunharam uma cena que ultrapassava qualquer preparo técnico. Assim como nas narrativas dos sobreviventes e dos familiares, a autora reconstrói esses testemunhos valorizando a experiência vivida, mostrando como o trauma também atingiu aqueles que participaram dos resgates.

No capítulo dois, “Sinfonia da tragédia”, Arbex reconstrói o momento em que Liliane Espinosa de Mello Norberto Duarte, capitã de sobreaviso no Hospital da Brigada Militar de Santa Maria, recebe a notícia do incêndio na Kiss. A narrativa dá ênfase à urgência e à confusão, reconstruindo até mesmo os pequenos detalhes, que mostram o estado de pressa e desorientação de quem viveu a ocorrência:

Sem condições de raciocinar sobre o que vestir, lançou mão das primeiras peças que encontrou sobre a cadeira preta do quarto: uma camisa clara de manga comprida e uma calça de sarja. [...] ela calçou as botas de cano curto bege sem ao menos se dar conta das altas temperaturas naquela época do ano. [...] Antes de entrar no carro, Liliane acionou o portão eletrônico para não perder tempo. (Arbex, 2018, p. 31)

Ao chegar no Hospital da Brigada Militar, a história de Liliane é contada com destaque para a perplexidade que o momento causou, já que “em dezenove anos de trabalho, a enfermeira nunca tinha ouvido um chamado tão desesperado” (2018, p. 32). Quando a capitã é informada de que precisa ir até a Kiss, a narrativa da obra muda de tom, indicando que algo ainda mais grave a aguardava. A autora reforça essa sensação ao destacar que (2018, p. 33) “Liliane notou mais uma vez na voz do colega um tom de gravidade que ela nunca tinha ouvido”, revelando que o testemunho também é feito de silêncios, vozes e pressentimentos.

A maneira como a história narra a entrada de Liliane na boate em *Todo dia a mesma noite* demonstra a sensibilidade de reconstruir o trauma por meio dos sentidos (visão, audição e tato). A enfermeira atravessa o portão e se depara com corpos amontoados, fuligem, espuma branca na boca das vítimas (2018, p. 34): “por um segundo, teve a impressão de que muitos dos jovens no chão apenas dormiam,

embora a morte deles já tivesse sido constatada”. O choque não é narrado com grandes explicações, mas descrito em cenas fortes que falam por si só. É nesse momento em que a obra traz um dos testemunhos mais emblemáticos do evento:

A capitã da brigada caminhou pela Kiss atordoada não só com o que viu, mas com o barulho dos celulares das vítimas. Os aparelhos tocavam juntos e cada telefone tinha um som diferente. [...] Na maioria dos casos, porém, o visor indicava a mesma legenda: “mãe”, “vó”, “casa”, “pai”, “mana”. Aquela sinfonia da tragédia era tão insuportável quanto a cena que Liliane presenciava. [...] Quando finalmente amanheceu em Santa Maria, um dos celulares contabilizava quase 150 ligações não atendidas. (Arbex, 2018, p. 35)

Aqui, Arbex destaca o horror emocional: a tentativa desesperada de contato, as chamadas que jamais seriam atendidas. Essa escolha de narrativa é essencial para compreender o testemunho como experiência e não apenas como um registro factual. Como observa Seligmann-Silva (2002), a experiência traumática não pode ser reduzida ao acontecimento em si, pois envolve “a irrupção do indizível”, aquilo que escapa à linguagem e exige outras formas de expressão. Assim, o testemunho é menos um relato de fatos e mais um modo de tornar narrável o que foi vivido.

O livro mostra que, naquele cenário, Liliana não era apenas uma profissional, mas também uma mãe que tentava conciliar o dever do resgate com a dor do que estava testemunhando. Em certo momento da narrativa (2018, p. 34), a enfermeira aperta uma medalha de ouro e prata que carregava no pescoço, murmurando “Nossa Senhora, não me abandone”. A cena mostra como a obra acolhe a humanidade das memórias. A autora não a descreve como uma heroína, mas como alguém que precisou encontrar força (2018, p. 35): “Eu preciso devolvê-los às suas mães - repetia Liliane, baixinho, enquanto sentia os primeiros efeitos da fumaça”.

Daniela Arbex mostra ainda que o trauma também está presente no testemunho de quem trabalhou fora da boate, nos espaços de acolhimento e identificação das vítimas. É nesse cenário que surge o relato de Márcia Dias Viana, enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde, cuja experiência no Farreirão<sup>3</sup> mostra outro lado da tragédia: a de quem precisou lidar diretamente com os corpos e com a dor das famílias. Sua história revela o peso físico e emocional de lidar com os mais

---

<sup>3</sup> O Centro Desportivo Municipal Miguel Sevi Viero (Farreirão) foi usado como necrotério temporário pela prefeitura de Santa Maria para a identificação dos corpos das vítimas após o incêndio.

de duzentos corpos: “Márcia foi para o Farrezão sem ideia da dimensão da tragédia” (2018, p. 97).

Assim como nas outras narrativas, Arbex não apenas relata o que aconteceu, mas conduz o leitor pela experiência, mostrando a surpresa do chamado, o medo e a hesitação. Márcia estava na equipe de trabalho que atuou no carregamento dos caminhões da Brigada Militar com os corpos das vítimas. Convocada pela capitão da Brigada Militar, um diálogo entre as duas chama a atenção quando Márcia pergunta (2018, p. 98): “Mas como eu faço isso?”; e Liliane responde: “Eu também não sei. Puxa eles!”. O relato destaca a completa falta de preparo emocional dos profissionais diante do caos e do inimaginável. A narrativa segue apresentado esse ponto:

Márcia não teve tempo de pensar se estava preparada para aquela tarefa, apenas fez o que parecia inacreditável: ajudou a carregar 233 corpos. [...] Eram tantas as vítimas, que ela não conseguia mais fixar sua atenção nas características individuais, a não ser o olhar de pânico de um rapaz cuja imagem jamais esqueceria. (Arbex, 2018, p. 98)

Arbex transforma o relato em uma reflexão sobre desgaste emocional, sobre a repetição exaustiva do gesto, sobre o limite entre cumprir o dever e sobreviver ao impacto psicológico causado pelo incêndio na boate Kiss.

A história de Liliane e Márcia demonstra como a autora amplia o conceito de testemunho. Não são apenas sobreviventes e familiares que relatam a tragédia, os profissionais que atuaram na linha de frente também carregam fragmentos da memória coletiva.

A partir dessas histórias, torna-se evidente que muitos testemunhos presentes em *Todo dia a mesma noite* não aparecem na cobertura diária da imprensa. O jornalismo factual, movido pela urgência e pela necessidade de apresentar respostas imediatas, tende a registrar dados, números, fatos cronológicos e declarações oficiais. Nesse processo, experiências individuais de dor, medo, confusão ou desamparo acabam sendo ignoradas ou tratadas de forma superficial.

Ao reconstruir as vivências de sobreviventes, familiares e profissionais que atuaram no resgate, Daniela Arbex dá luz ao que ficou de canto nas notícias. São relatos que exigem tempo, escuta e sensibilidade, elementos que raramente são vistos no fluxo acelerado da cobertura jornalística tradicional.

Dessa forma, ao reunir testemunhos, Daniela Arbex aumenta a compreensão pública sobre o ocorrido em Santa Maria. A autora dá espaço às vozes que não foram ouvidas ou que não se encaixavam no formato das notícias do dia a dia, permitindo que as experiências se tornem parte da memória coletiva, definida por Maurice Halbwachs (2006) como a construção compartilhada do passado, elaborada pelos grupos sociais que selecionam, preservam e atualizam determinadas lembranças. Ao transformar essas narrativas em registros, *Todo dia a mesma noite* cumpre um papel social fundamental: preservar histórias que poderiam ter sido apagadas pelo esquecimento e oferecer à sociedade um olhar mais profundo sobre o que foi vivido.

## 6.2 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA DA TRAGÉDIA

A narrativa construída em *Todo dia a mesma noite* também pode ser analisada a partir do papel que desempenha na preservação da memória da tragédia. Ao reunir lembranças de sobreviventes, familiares, profissionais de saúde e integrantes das equipes de resgate, Daniela Arbex transforma os relatos individuais em um conjunto de memórias que contribuem para a compreensão coletiva do que ocorreu em Santa Maria. Essa perspectiva aproxima o livro do que autores como Marialva Barbosa (2013) chamam de jornalismo de memória: resgate de acontecimentos passados para que sejam fixados no presente, atribuindo-lhes continuidade e sentido social.

Como afirma Arbex (2018, p. 227), “a construção da memória do pior desastre provocado pelo homem na história recente do Brasil é necessária. Só assim o país poderá lidar de frente com as causas e as consequências de uma tragédia que envergonha pela matança e pela impunidade”. Nesse sentido, o livro supera a função jornalística de apenas registrar fatos, criando uma reconstrução da memória onde cada relato ocupa um lugar essencial para reconstruir o passado. Conforme destaca Cristine Gerk e Marialva Barbosa (2018), o jornalismo de memória está presente no ponto de encontro entre a recordação e a reconstrução da narrativa, permitindo que acontecimentos traumáticos sejam inseridos novamente no debate público.

A obra reforça a ideia de que a memória não é apenas uma recordação individual, mas, como destaca Maurice Halbwachs (2006), uma construção social que ganha forma dentro dos grupos atingidos. As lembranças de cada testemunha são elementos que, quando reunidos, deixam de ser uma experiência pessoal. A autora

organiza essas narrativas de modo que elas componham uma interpretação coletiva da tragédia, afinal “para quem perdeu um pedaço de si na Kiss, todo dia é 27” (Arbex, 2018, p. 185). Essa ligação entre lembranças individuais e memória compartilhada evidencia o que Halbwachs (2006, p. 39) aponta: “é no interior da sociedade que o homem adquire, recorda, reconhece e localiza suas lembranças”.

A narrativa de *Todo dia a mesma noite* destaca como experiências comuns estruturam a forma como Santa Maria passou a compreender a si mesma após o incêndio: “É como se o tempo tivesse congelado em janeiro de 2013, em um último aceno, na lembrança das últimas palavras trocadas com entes queridos que se foram, de frases que soarão sempre como uma despedida velada” (Arbex, 2018, p. 185). Esse sentimento vai ao encontro do que Muniz Sodré (2009) aponta como função social do jornalismo: produzir narrativas que auxiliem a sociedade a dar um significado coletivo aos eventos traumáticos que vivenciou.

O livro atua como um agente contra o esquecimento. Em traumas coletivos, determinados relatos ganham espaço público, enquanto outros permanecem longe do discurso social. *Todo dia a mesma noite* confronta essa possibilidade do apagamento ao registrar lembranças que não circularam nas coberturas jornalísticas tradicionais, garantindo que experiências de dor, desamparo e resistência não sejam silenciadas:

Resistir ao cansaço da espera por alguém que não voltará, ao silêncio imposto pela ausência, à dor que teima em ficar, por mais que queira livrar-se dela. Resistir não só à perda, mas ao esquecimento, que busca sepultar os erros que contribuíram para que o dia 27 de janeiro de 2013 não terminasse para mais de duzentas pessoas. (Arbex, 2018, p. 227)

Essa escolha de abordagem na apuração e na construção dessa realidade aproxima a obra de Arbex do que Ítala Maduell e Ana Claudia Peres (2018) definem como escuta sensível, característica central do jornalismo de memória, que dá foco à relatos negligenciados pela cobertura diária. Daniela Arbex registra as dores que não caberiam no factual, revelando lacunas deixadas pelo jornalismo tradicional.

Na obra, a memória compartilhada é fortalecida pela repetição de cenas que surgem em diversos testemunhos, como a agonia da espera por notícias, o deslocamento até o Farrezão ou a sensação de perda que atingiu pais e sobreviventes. Esses elementos ficam evidentes nos capítulos 7, intitulado “O corpo número vinte”, e 10, nomeado de “Com choro e sem vela”, onde a autora narra a

experiência de diferentes pais que encontram os corpos de seus filhos e a trajetória das diferentes famílias que buscavam enterrar seus parentes em meio ao caos logístico da cidade.

Para além do desastre cuja dor coletiva parou o Brasil na semana que se seguiu ao episódio, existia um drama gigantesco de uma comunidade que viu faltar caixão, vela, flor e cova para seus entes queridos. A quantidade de mortes dentro da boate obrigou as famílias a ter de lutar muito pelo direito básico de velar seus mortos. (Arbex, 2018, p. 149)

Ao contar esses episódios, a autora mostra como determinadas experiências comuns tornam-se fundamentais para a lembrança social da Kiss, firmando um repertório coletivo.

A narrativa situa a Kiss como um “lugar de memória”, conforme propõe Pierre Nora (1984). Esses lugares surgem quando a continuidade da memória passa a depender de suportes, materiais ou simbólicos, para preservar o passado. No livro, a autora mostra que o Farrezão, as ruas de Santa Maria, os hospitais e a própria boate passaram a carregar significados que ultrapassam sua função cotidiana, tornando-se espaços de recordação e luto.

Nesse sentido, *Todo dia a mesma noite* cumpre um papel fundamental: transforma lembranças dispersas em registros completos, preservando a história e permitindo que o passado permaneça presente na consciência pública.

Halbwachs (2006) explica que a memória coletiva seleciona e hierarquiza acontecimentos considerados fundamentais para a identidade de um grupo. Arbex evidencia esse movimento ao destacar episódios que passaram a representar a experiência da cidade após o desastre: “Durante as madrugadas, a luz do quarto onde a filha dormiu por 22 anos permanece acesa. É sua forma de lidar com a ausência dela. Quantos quartos em Santa Maria estarão com as luzes acesas agora?” (2018, p. 324).

Ao incluir essas experiências individuais dentro de uma narrativa ampliada, o livro reafirma a proposta do jornalismo de memória, cuja função é impedir que acontecimentos traumáticos desapareçam com a passagem do tempo. Como afirma Arbex (2018, p. 149), “dizer que ninguém estava preparado para um evento dessa natureza é mais do que um jogo de palavras, é uma afirmação literal”, enfatizando que

a memória da Kiss precisa ser narrada justamente porque evidencia uma ferida que ultrapassa sentimentos individuais e insere-se na memória social de Santa Maria.

### 6.2.1 Lugares de memória: a Kiss, a Tenda da Resistência e o memorial

A constituição da memória coletiva do incêndio da boate Kiss não depende apenas dos relatos individuais, mas também dos espaços que passaram a concentrar significados e emoções. Pierre Nora (1993) afirma que os lugares de memória surgem quando os meios tradicionais de compartilhamento do passado se enfraquecem, exigindo a criação de elementos capazes de fixar aquilo que não pode ser esquecido, sejam eles físicos, simbólicos ou, até mesmo, rituais. Em *Todo dia a mesma noite*, Daniela Arbex evidencia esse processo, mostrando como diferentes espaços de Santa Maria tornaram-se lembranças da dor, do luto e da luta por justiça.

A Kiss, utilizada antes como um local de lazer pelos universitários, transformou-se em um marco da tragédia. Sua presença física permanece como um ponto fundamental da memória do grupo atingido. O livro demonstra como a cidade passou a atribuir novos sentidos ao prédio que abrigava a boate, transformando a estrutura em um ponto de referência para o trauma coletivo. Arbex registra esse movimento ao destacar a transformação do local em um memorial para as vítimas: “A desapropriação do prédio onde a boate funcionava [...] abre caminho para uma reparação em forma de memorial que preserva justamente a lembrança da vida” (2018, p. 227). Nesse sentido, a Kiss torna-se um “lugar de memória”, nos termos propostos por Nora, não apenas porque ali ocorreu o desastre, mas porque o espaço passa a concentrar lembranças que estruturam a identidade coletiva pós-incêndio.

Outro lugar de memória presente na narrativa é a “Tenda da Resistência”, instalada na praça Saldanha Marinho, no centro de Santa Maria, pelos familiares das vítimas. Arbex dedica um capítulo inteiro ao espaço, evidenciando sua função simbólica como ponto de encontro, vigília e reivindicação. A autora escreve:

A tenda foi erguida no primeiro semestre de 2013 para ser um ponto de encontro entre as pessoas afetadas pela tragédia. Mantê-la viva no Centro tem sido tão desafiador quanto o esforço para que a morte das 242 pessoas não seja apagada da memória coletiva. (Arbex, 2018, p. 231-232)

A existência da tenda materializa a luta dos familiares contra o esquecimento, funcionando tanto como marco físico quanto como gesto político.

No entanto, a tenda também evidencia tensões encontradas na memória coletiva. A autora mostra como, com o passar do tempo, o espaço desperta rejeição por parte da população: “Se no começo a tenda era um símbolo de luta e resiliência, rapidamente passou a ser sinônimo de incômodo. Passar em frente a ela e ter que enxergá-la exige olhar a perda do outro, estabelecer empatia” (2018, p. 232). A produção desse sentimento confirma a dinâmica proposta por Nora (1993): os lugares de memória não são consensuais. Eles surgem porque o vínculo espontâneo com o passado se rompeu, exigindo que a lembrança seja sustentada pela visibilidade e pela permanência material.

Ao reconstruir o cotidiano da tenda, a obra também expõe conflitos enfrentados pelos familiares. A autora narra agressões verbais e acusações dirigidas aos pais, como no episódio em que uma pessoa se aproximou do local e afirmou: “os verdadeiros culpados pelo que aconteceu são vocês, pais, que não sabiam onde os filhos estavam, que deixaram que eles frequentassem boates” (2018, p. 232). Essa situação mostra como a memória da Kiss também é composta por tensões morais, tentativas de responsabilização e diferentes modos de compreender o ocorrido.

A tenda também assume função ritualística, sustentando o luto público. Para muitos pais, o espaço torna-se uma extensão do vínculo com os filhos, como mostra o relato de uma mãe ao receber uma das críticas: “estou lutando pela memória da minha filha, para que não aconteça com outras pessoas o que aconteceu com ela” (2018, p. 233). Nesse sentido, a tenda atua como um lugar de memória viva, atualizada por gestos, cartazes, conversas, velas e atos públicos, práticas que, segundo Nora (1993), mantêm a lembrança enquanto materializam a resistência do apagamento.

Além da Kiss e da tenda, *Todo dia a mesma noite* evidencia a formação de outros lugares de memória na cidade. O Farrezão, ginásio onde os corpos foram identificados, tornou-se símbolo de sofrimento e reconhecimento. Arbex registra que “o ginásio tinha cheiro de fumaça e de carne queimada”, revelando como o espaço físico ficou marcado pela violência da tragédia.

Se os lugares de memória surgem quando a sociedade sente que a continuidade do passado está ameaçada, então *Todo dia a mesma noite* não apenas

identifica esses lugares, mas participa ativamente de sua construção. O livro preserva aquilo que corre risco de desaparecer, transformando lembranças dispersas em um repertório organizado de espaços, símbolos e práticas que mantêm viva a história da Kiss.

Por fim, a futura construção do memorial no local da boate representa a continuação desse processo. O memorial é apresentado por Arbex como possibilidade de reparação e como promessa de permanência: um suporte físico que garantirá que a tragédia não seja esquecida. Ao registrar essa etapa, a autora reforça que a memória, individual e coletiva, precisa de lugares para sobreviver ao tempo. Assim, *Todo dia a mesma noite* não apenas revela a formação desses lugares, mas torna-se ela mesma um deles: um espaço narrativo que abriga e mantém viva a memória da tragédia de Santa Maria.

### **6.2.2 “Holocausto dos tempos modernos”: comparação e enquadramento jornalístico**

No capítulo 11, “Holocausto dos tempos modernos”, Daniela Arbex apresenta uma das comparações mais enfáticas de todo o livro: a associação entre a intoxicação por cianeto na boate Kiss e o gás utilizado nos campos de concentração nazistas. A autora relata, com base nos dados presentes no livro *Protocolos de atendimento às vítimas da boate Kiss*, que (2018, p. 163) “os frequentadores da Kiss foram envenenados pelo mesmo gás letal usado nas câmaras de gás construídas nos campos de concentração”. Essa relação comparativa funciona como recurso narrativo que amplia a compreensão pública sobre a dimensão do ocorrido.

A autora reconstrói o momento da descoberta de intoxicação com depoimentos, resultados laboratoriais e trechos de reportagens. A narrativa começa com a perplexidade dos profissionais de saúde diante do agravamento súbito dos sobreviventes:

O que mais intrigava as equipes era o fato de pacientes que haviam recebido alta na manhã de domingo em Santa Maria retornarem aos hospitais à noite com estado geral agravado. Os efeitos tardios da fumaça tóxica, inclusive com perda de consciência, confusão mental e até convulsão, indicavam que alguma coisa continuava a agir no organismo daquelas pessoas. (Arbex, 2018, p. 162)

Essa construção se alinha com o que Seligmann-Silva (2003) descreve como “a narrativa do trauma”, originada nos estudos sobre o Holocausto e, posteriormente, ampliada para compreender outros eventos de violência extrema. Segundo o autor, o trauma introduz uma forma de narração que surge da necessidade de falar e da incapacidade de explicar completamente o acontecimento.

Esse conceito aparece em uma conversa entre Soeli Teresinha Guerra, diretora de enfermagem do Hospital Universitário de Santa Maria, e uma colega. A enfermeira afirma ao telefone: “Nós temos um holocausto. Revivemos, no dia 27 de janeiro, um holocausto dos tempos modernos” (2018, p. 164). O próprio uso da palavra “holocausto” mostra uma tentativa de expressar o indizível recorrendo a um marco histórico reconhecido pelo grande sofrimento imposto a seres humanos.

Para Seligmann-Silva (2003), o trauma não pode ser narrado de modo contínuo, pois quebra a própria experiência. Arbex traduz esse conceito ao alternar cenas, vozes e documentos. No mesmo capítulo, a autora reúne relatos presenciais, diálogos telefônicos e, sobretudo, uma reportagem da *Folha de S.Paulo* que informa (2018, p. 165): “um pedido de medicamentos [...] ajudou a esclarecer a natureza dos sofrimentos impostos aos jovens feridos e mortos no incêndio da boate Kiss”.

Ao inserir material jornalístico dentro da própria narrativa, Arbex produz o que Seligmann-Silva (2003) chama de “testemunho indireto”: uma forma de memória construída não apenas por quem viveu o acontecimento, mas também por quem o registrou, interpretou ou denunciou.

A comparação com o Holocausto também se insere no “paradigma da catástrofe” (Seligmann-Silva, 2003), segundo o qual eventos traumáticos recorrem a referências de violências extremas passadas para ampliar a capacidade de compreensão do impacto vivido. Em *Todo dia a mesma noite*, Arbex evidencia esse conceito ao destacar que o cianeto liberado pela espuma acústica da Kiss era o mesmo veneno empregado no Zyklon B dos campos de extermínio, o que intensifica a percepção de devastação e ajuda o leitor a entender tanto o sofrimento das vítimas quanto o choque enfrentado pelos profissionais de saúde: “[...] o cianeto é capaz de levar uma pessoa a óbito após mais de um minuto de exposição significativa do gás. O tempo de morte estimado dentro da Kiss foi de três a cinco minutos depois de o incêndio ter começado [...]” (2018, p. 163).

Por fim, a autora utiliza a comparação com o Holocausto como estratégia para denunciar não apenas o sofrimento físico, mas a negligência estrutural envolvida na tragédia da Kiss:

Como a constatação da intoxicação em massa por cianeto era algo novo no país, Soeli e o Hospital Universitário precisaram pesquisar muito sobre como lidar com as consequências causadas pelo gás liberado [...]. Para manusear os intoxicados, por exemplo, os profissionais da saúde foram orientados pelo Centro de Informações Toxicológicas do Rio Grande do Sul a usar equipamentos de proteção individual [...]. (Arbex, 2018, p. 168-169)

Esse deslocamento do foco, das vítimas diretas para as vítimas secundárias, amplia o sentido da memória coletiva, mostrando que o impacto da tragédia atinge diferentes camadas da sociedade.

Assim, o capítulo “Holocausto dos tempos modernos” funciona como uma mudança de direção na narrativa. É o momento em que a tragédia da Kiss deixa de ser compreendida como um incêndio acidental e passa a ser entendida como uma catástrofe, cuja narração exige escuta, tempo e complexidade. A articulação entre testemunho, jornalismo e memória coletiva permite que o episódio seja enquadrado não apenas como um acontecimento, mas como uma ferida histórica que precisa ser narrada para não ser esquecida.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tragédia da boate Kiss, ocorrida em 27 de janeiro de 2013, permanece como uma das maiores feridas da história recente do Brasil. Mais do que um acontecimento marcado por números e estatísticas, trata-se de um episódio que está profundamente presente na memória coletiva e segue atual por meio das lutas e do compromisso contínuo das famílias das vítimas com o direito à lembrança. Nesse cenário, este trabalho buscou compreender como a obra *Todo dia a mesma noite*, de Daniela Arbex, contribui para a preservação dessa memória ao articular jornalismo de memória, testemunho e narrativa do trauma.

A análise desenvolvida demonstra que a obra não busca apenas relatar fatos. Ele envolve ética, escuta sensível e responsabilidade social. Ao reconstruir a tragédia por meio de relatos de sobreviventes, familiares, profissionais de saúde e demais agentes públicos, Arbex oferece uma narrativa que enfrenta o esquecimento, amplia o conjunto de memórias compartilhadas e reinsere experiência traumática no debate público.

A fundamentação teórica apresentada ao longo do trabalho permitiu compreender que a memória, conforme formulada por Maurice Halbwachs (2006), depende de quadros sociais que direcionam o modo como os indivíduos recordam. Essa perspectiva foi essencial para analisar como Daniela Arbex articula lembranças individuais com dinâmicas coletivas, evidenciando que o livro atua como um espaço de reconstrução compartilhada da experiência traumática. As memórias reunidas na obra não são apenas testemunhos isolados, mas fragmentos que ganham sentido quando associados às identidades coletivas e à busca por justiça.

Além disso, a noção de “lugares de memória” proposta por Pierre Nora (1993) mostrou-se crucial para compreender os espaços físicos e simbólicos que se formaram em torno do caso Kiss. A boate, o Farrezão, a “Tenda da Resistência” e o memorial em construção formam pontos que mantêm a lembrança viva, quando a memória mostra-se insuficiente para sustentar o vínculo com o passado. Ao registrar esses espaços, Arbex reafirma a importância dos suportes materiais e simbólicos para a preservação da memória coletiva.

As reflexões de Michael Pollak (1992) também contribuíram para demonstrar como o livro destaca as disputas acerca do esquecimento. A autora dá visibilidade a

narrativas que, de outra forma, permaneceriam esquecidas, como as histórias individuais de perda, os silêncios institucionais e a dor dos familiares diante da lentidão judicial. Ao acolher essas vozes, a obra destaca o caráter público e contestador da memória, mostrando como ela pode expor responsabilidades que, muitas vezes, são minimizadas ou ocultadas.

No que diz respeito ao testemunho, os estudos de Márcio Seligmann-Silva (2003; 2005) forneceram bases para entender como narrar o trauma envolve a necessidade de dizer e a dificuldade de representar o irrepresentável. Arbex acolhe esse desafio ao construir uma escrita que reconhece que o testemunho carrega marcas da dor, mas também da resistência. A autora demonstra que narrar não é apenas registrar, é reconstruir vínculos, recolocar vidas no centro da narrativa e tornar o sofrimento compreensível para a comunidade.

A análise narrativa permitiu observar que Arbex constrói um texto que se aproxima de uma escrita literária, ao mesmo tempo em que preserva o rigor jornalístico. A alternância de vozes, a reconstrução das cenas e a contextualização histórica compõem uma narrativa que se compromete com a verdade factual sem renunciar à sensibilidade. Esse equilíbrio reforça a capacidade do jornalismo de memória como ferramenta de compreensão e de preservação do passado.

No capítulo dedicado aos lugares de memória, compreendeu-se que o livro ajuda a consolidar espaços simbólicos importantes para a comunidade de Santa Maria. Não apenas registra a dor vivida nesses locais, mas também evidencia como eles se transformam em suportes de lembranças que conectam os vivos aos mortos. A “Tenda da Resistência”, em especial, aparece como espaço de perseverança, marcado por encontros, luto e disputas sobre a permanência da dor na vida pública.

Outro ponto central do trabalho foi a análise do capítulo “Holocausto dos tempos modernos”. Ao recorrer a referências ligadas a grandes traumas, Arbex não coloca iguais tragédias incomparáveis, mas utiliza marcos históricos para ajudar o leitor a entender a dimensão do sofrimento vivido pelas vítimas da Kiss. O uso dos estudos de Seligmann-Silva mostrou como essa escolha aproxima a obra de outras narrativas que usam exemplos de violência extrema para tentar expressar o que é difícil de dizer e revelar que a tragédia ultrapassa o âmbito de um acidente, alcançando um sentido mais amplo para a sociedade.

Ao longo do trabalho, ficou evidente que o jornalismo de memória desempenha um papel essencial para sociedades marcadas por tragédias. Ele resgata silêncios, confronta apagamentos e mantém o passado em circulação, permitindo que os acontecimentos traumáticos sejam revisados e reinterpretados. No caso da boate Kiss, essa prática é fundamental para que as histórias das vítimas não sejam esquecidas.

A análise também mostrou que a obra de Arbex é um instrumento de transmissão da memória. Jovens que não viveram a tragédia encontram ali um acesso sensível, responsável e crítico aos fatos. Nesse sentido, *Todo dia a mesma noite* atua como registro histórico, denúncia e forma de cuidado com o passado. Além disso, ficou evidente que o livro se tornou referência pública para a compreensão da tragédia, funcionando como um marco memorialístico. Ele contribui não apenas para preservar a memória das vítimas, mas para mobilizar debates sobre segurança, responsabilidade institucional e direitos humanos, mostrando como o jornalismo pode se articular a lutas sociais mais amplas.

Diante desses elementos, conclui-se que *Todo dia a mesma noite* é uma obra fundamental para a memória social da tragédia da boate Kiss. Ao unir rigor investigativo, sensibilidade narrativa e compromisso ético, Arbex constrói um livro que resiste ao esquecimento, conforta famílias, denuncia negligências e reafirma o papel da imprensa como guardiã da memória coletiva.

Por fim, este trabalho reforça que, em uma sociedade frequentemente marcada por práticas de apagamento, o jornalismo de memória atua como ferramenta indispensável para garantir o direito coletivo à verdade. Ele não apenas registra o passado, mas o interpreta e o devolve à sociedade como patrimônio comum. A narrativa de Arbex apresenta essa função ao mostrar que lembrar é um ato de responsabilidade e, muitas vezes, de justiça.

## REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. *Todo dia a mesma noite: a história não contada da Boate Kiss*. São Paulo: Intrínseca, 2018.

ARBEX, Daniela. Série sobre tragédia da Boate Kiss chega à Netflix: “Se esquecermos, tudo se repete”. *Revista Marie Claire*, Rio de Janeiro, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/cultura/noticia/2023/01/serie-sobre-tragedia-da-boate-kiss-chega-a-netflix-se-esquecermos-tudo-se-repete.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2025.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900–2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

ENNE, Ana Lúcia S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27., 2004, Porto Alegre. *Anais [...]*. São Paulo: Intercom, 2004. p. 101-115.

ENNE, Ana Lúcia S. *Mídia, memória e identidade social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

ENNE, Ana Lúcia S. Memória, identidade e imprensa. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Maria Helena Capelato (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 43-62.

GERK, Carolina; BARBOSA, Marialva. Jornalismo na era dos testemunhos: remediação, reconfiguração ou permanências históricas. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 7, n. 1, p. 123-139, jan./jun. 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LAGE, Liliane Rodrigues. *Testemunho e jornalismo: a narrativa da dor e da compaixão*. Florianópolis: Insular, 2013.

MADUELL, Ítala. O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística. In: *Anais do 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)*. São Paulo, 2016.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

- MOTTA, Luiz Gonzaga; AMARAL, Márcio. As primeiras 24 horas: como o jornalismo aciona testemunhos para cobrir tragédias. *Revista Brasileira de Pesquisa em Jornalismo – SBPJor*, v. 19, n. 2, p. 248-273, 2023.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Tradução de Yara Aun Houry.
- PERES, Ana Cláudia. Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. *Galáxia* (São Paulo, Online), n. 31, p. 92-104, abr. 2016. <https://doi.org/10.1590/1982-25542016120913>.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 200-212, 1992.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.376, de 11 de dezembro de 2013. Institui normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 12 dez. 2013. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/estado-publica-regulamentacao-da-lei-kiss>. Acesso em: 9 nov. 2025.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François; Luiz Fernando Marques; Márcia Valéria Martinez de Aguiar; Paulo Neves. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROSA, Rosane. Narrativas jornalísticas e memória: notas sobre a constituição de sentidos. In: BERGER, Christa; LAGO, Cláudia (org.). *Jornalismo e memória: narrativas sobre o passado e a construção do presente*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 121-134.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho e a política da memória. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2003. p. 83-101.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2003. p. 45-70.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O testemunho: entre a ficção e o real*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2008.